



Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Heterogeneidade do Grupo e Validação Social do Conhecimento
Quotidiano: Um Teste Experimental do Efeito Mediador da
Independência Percebida

Ana Carina de Lima Teixeira Neves Carrega

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientador:
Doutor Diniz Lopes, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2010

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Heterogeneidade do Grupo e Validação Social do Conhecimento
Quotidiano: Um Teste Experimental do Efeito Mediador da
Independência Percebida

Ana Carina de Lima Teixeira Neves Carrega

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientador:
Doutor Diniz Lopes, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2010

A todos os que lutam pelos seus ideais, tornando-os possíveis!

Agradecimentos

A Dissertação de Mestrado que adiante se apresenta traduz o fechar de um ciclo, sistematiza uma caminhada de dedicação e esforço, de trabalho, de superação e desafio, que certamente marcaram o meu percurso académico e pessoal.

A presente fase desta trajetória ficará, para mim, inevitavelmente associada ao Professor Doutor Diniz Lopes, na sua qualidade de docente e orientador. Os meus agradecimentos, pela partilha de conhecimento, pelo estímulo e incentivo, nos “pequenos passos” que, mediante a elevada exigência académica, me foram dando o suporte e a coragem, para a concretização desta investigação.

Agradeço, também, a todos os colegas, particularmente do ISCTE, que participaram no estudo, tornando possível a materialização desta pesquisa.

Um agradecimento especial à minha família, especialmente Pais e Irmã, pelo afecto e cumplicidade, pelas palavras de força e toda a confiança que sempre depositaram em mim.

À minha avó e tia, que ao longo da minha existência sempre me apoiaram e “torceram comigo”, pela minha felicidade e sucesso no atingir de todas as metas.

Aos meus avós e madrinha pela solicitude e interesse sempre manifestados.

Não poderei ainda esquecer todos os amigos e colegas, de Licenciatura e Mestrado que me acompanharam nestes últimos cinco anos, pelos grandes momentos de riso, pelo apoio, pela troca de ideias.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes pela cumplicidade e partilha em todos os momentos.

A mim própria pelo crescimento pessoal, na superação de perplexidades e dúvidas, em todo este processo académico e pessoal.

A *TODOS*, os que directa e indirectamente me acompanharam e acompanham, o meu sincero agradecimento!

“Aprender é uma actividade complexa, frágil, que mobiliza a imagem de si, o fantasma, a confiança, a criatividade, o gosto pelo risco e pela exploração, a angústia, o desejo, a identidade, tantos aspectos fundamentais relativos à pessoa e à cultura.”

(Perrenoud, 1993, p. 14)

Resumo

Partindo das pesquisas anteriores relativas ao papel da heterogeneidade e da independência na validação do conhecimento, pretendemos no presente estudo experimental, testar o papel mediador da independência percebida nos membros de um grupo, na relação entre a variabilidade grupal e a validade atribuída à informação veiculada pelo mesmo grupo. Participaram na pesquisa 77 estudantes universitários, os quais foram distribuídos, aleatoriamente, por quatro condições resultantes de um design factorial 2 (variabilidade grupal: grupo heterogéneo *versus* grupo homogéneo) x 2 (independência percebida: membros independentes *versus* membros interdependentes) entre participantes. As análises de regressão realizadas não corroboraram a existência do papel mediador por parte da independência percebida. Contudo, a realização de testes aos efeitos simples permitiu evidenciar a função da variabilidade e da independência como mecanismos psicológicos-chave na validação do conhecimento quotidiano. Neste sentido, os resultados da presente pesquisa mostraram que os participantes que atribuíram maior validade à produção do grupo são os que se encontravam na condição em que o grupo apresentado foi caracterizado como heterogéneo e formado por pessoas que pensaram e trabalharam de forma independente. Para além disto, tanto a heterogeneidade, como a independência, por si só, demonstram ter um efeito directo na atribuição de maior validade ao conhecimento, corroborando empiricamente o papel destes princípios como mecanismos de validação do conhecimento quotidiano. Estes resultados serão discutidos à luz da abordagem da validação social do conhecimento quotidiano.

Palavras-Chave: Validação social do conhecimento quotidiano; Heterogeneidade; Independência; Grupos.

Códigos PsycINFO: 3000 Psicologia Social; 3020 Grupos e Processos Interpessoais.

Abstract

Based on previous research regarding the role of heterogeneity and participation in knowledge validation, the present experimental study aims to test the mediating role of perceived independence of group members in the relation between group variability and the validation of the information conveyed by this group. 77 college students participated in this study, randomly distributed by four conditions resulting from a 2 (group variability: heterogeneous group *versus* homogeneous group) x 2 (perceived independence: independent members *versus* interdependent members) between-participants factorial design. Although a classical mediation test did not produce significant results, a series of tests of simple effects allowed us to evidence variability and independence as key mechanisms in social validation of everyday knowledge. In this sense, results show that participants attributed greater validity to a group presented as heterogeneous and whose members are described as having thought and worked independently. Furthermore, variability and independence *per se* produced effects on the validity attributed by participants to a group output. In this sense, both variability and independence have a major effect in the attribution of validity to knowledge, empirically corroborating the role of these principles as mechanisms of everyday knowledge validation. These results will be discussed at the light of the social validation of everyday knowledge framework.

Keywords: Validation of everyday knowledge; Heterogeneity; Independence; Groups.

PsycINFO Classification Categories: 3000 Social Psychology; 3020 Group & Interpersonal Processes.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Heterogeneidade do Grupo e Validação Social do Conhecimento Quotidiano: O papel Mediador da Independência Percebida	1
1.2. Objectivo Central do Presente Trabalho	3
1.3. Estrutura do Presente Trabalho	4
2. Validação Social do Conhecimento Diário, Heterogeneidade e Independência	4
2.1. Heterogeneidade e Validação do Conhecimento Quotidiano	4
2.2. Heterogeneidade, Independência e Validação do conhecimento	13
2.3. <i>Overview</i> e Hipóteses do Estudo	19
3. Independência Percebida como Mediador da Relação entre a Heterogeneidade e a Validação do Conhecimento	21
3.1. Método	21
3.1.1. Participantes e design.	21
3.1.2. Procedimento.	22
3.1.3. Variáveis independentes.	22
3.1.4. Variável dependente.	24
3.2. Resultados	24
3.2.1. Controlo da manipulação da variável variabilidade grupal.	24
3.2.2. Controlo da manipulação da variável independência.	25
3.2.3. Impacto da variabilidade grupal e da independência percebida na validade percebida do documento a ser produzido pelo grupo.	26
3.2.4. Independência percebida como mediador do efeito da variabilidade grupal na validade percebida.	27

3.3. Discussão dos Resultados	29
3.4. Conclusões	32
4. Referências	37
5. Anexos	41
Anexo A	41
Anexo B	43
Anexo C	44
Anexo D	45
Anexo E	46

1. Introdução

1.1. Heterogeneidade do Grupo e Validação Social do Conhecimento Quotidiano: O Papel Mediador da Independência Percebida

Desde os tempos pré-históricos que a humanidade desenvolve estratégias cognitivas na perspectiva de interpretar, compreender e explicar as realidades natural, social e cultural relevantes para a sua sobrevivência no planeta, procurando otimizar os recursos disponíveis. No decorrer do seu desenvolvimento histórico e civilizacional, as sociedades sempre procuraram viabilizar o intercâmbio das estratégias cognitivas concebidas, bem como a consolidação e difusão dos conhecimentos acumulados a partir da utilização dessas mesmas estratégias. Concebendo o Homem como um ser activo, autónomo e actor, “suspenso numa teia de significados tecida por ele próprio” (Geertz, 1973, p. 5), é a análise do conhecimento e das suas modalidades que permite apreender os fundamentos da acção, factor esse que consagra o sujeito do conhecimento como o objecto central da psicologia social (Vala, 1993).

Para além disso, pode considerar-se que uma das especificidades que faz da psicologia social uma disciplina científica única é o seu interesse pela forma como os comportamentos e cognições dos indivíduos são moldados pelos contextos sociais em que estão inseridos (Monteil & Huguet, 1999). Sendo o ser humano inerentemente social, envolvido num processo contínuo de aprendizagem, este depara-se incessantemente, no seu dia a dia, com grande quantidade de opiniões, atitudes e comportamentos, muitas vezes, diferentes ou incompatíveis entre si. Neste contexto, as pessoas, para além de criarem e partilharem socialmente conhecimentos (Moscovici, 1976; Hardin & Higgins, 1996; Levine & Higgins, 2001), preocupam-se em assegurar a sua validade. De acordo com Festinger (1954), os indivíduos possuem uma motivação básica para avaliar e validar o respectivo conhecimento e, na inexistência de meios objectivos não sociais que permitam esta validação, recorrem à validação social do mesmo, comparando-se com outros indivíduos.

A compreensão inicial dos mecanismos de validação do conhecimento quotidiano encontrava-se amplamente ancorada na ideia de consenso ou no consenso de grupos de referência (Festinger, 1950). O consenso determina o que é “esperado, normal e de bom gosto” (Erb & Bohner, 2001, p.40), constitui uma crença partilhada socialmente, que sinaliza a validade do conhecimento quotidiano. No domínio da Psicologia Social, o consenso, e considerando a evidência empírica nesta área que corrobora o seu papel como garantia de

validade, pode ser considerado segundo duas perspectivas convergentes: uma de consenso real ou actual e outra de consenso fabricado (Krueger, 1998; Lopes, 2007).

A perspectiva de consenso real baseia-se na percepção de que existe uma realidade externa partilhada, relativamente às propriedades da qual os indivíduos respondem de forma idêntica (Ash, 1952). Por outro lado, a segunda perspectiva advém, em grande parte, do conceito de “ilusão de universalidade” ou projecção social (Allport, 1924). De acordo com esta visão, o processo de comparação pode ocorrer a um nível implícito, sendo imaginado ou projectado. Assim, as pessoas tendem a assumir que as suas crenças ou opiniões são também consensualmente defendidas por outros, criando a ilusão que as suas visões são válidas e fortemente partilhadas.

Diversas pesquisas na área da Psicologia Social mostram que quanto mais elevado o nível de consenso, quer seja real ou percebido, relativamente a dada realidade, mais esta é percebida como válida e credível (e.g. Goethals, 1972; Miller, Gross & Holtz, 1991). Contudo, outros autores enfatizam a existência de enviesamentos relacionados com o excessivo consenso que afectam a qualidade da tomada de decisão em grupo, como o Pensamento de Grupo (Janis, 1972), o Paradoxo de Habilene (Harvey, 1974) ou o Efeito do conhecimento comum (Gigone & Hastie, 1993). Estas evidências, entre outras, demonstram, assim, que o consenso por si só não é critério suficiente para assegurar a validade da informação veiculada. De facto, e como sabemos, a perspectiva socrática de que o consenso é o meio para alcançar a verdade, evidenciando o diálogo como a melhor forma para a atingir, é objectivamente posta em causa por diversos episódios históricos.

Assim, e como proposto por Vala, Drozda-Senkowska, Oberlé, Lopes e Silva (no prelo), Lopes, Vala e Garcia-Marques (2007) e Lopes (2007), a informação sobre as propriedades estruturais do consenso (Ash, 1952) pode funcionar como pista que permite distinguir entre um consenso válido e um não válido. Estas propriedades estruturais referem-se, nomeadamente, à caracterização dos elementos que compõem este consenso, por exemplo em termos de suas características sociológicas ou psicológicas. Estudos anteriores (Lopes et al., 2007; Lopes, 2007) demonstram que a heterogeneidade (dissemelhança) dos elementos do grupo funciona neste sentido, isto é, como uma forma de distinguir o “bom” do “mau” consenso, numa palavra como um princípio de validação do conhecimento.

Contudo, podemos argumentar que este processo está longe de ser linear. Na realidade, supomos que a independência percebida entre os elementos de um grupo consensual é, também, um outro aspecto fundamental no processo de validação do conhecimento por ele sustentado. De acordo com Asch (1952, 1987), Wells e Harvey (1977), Wilder (1977, 1978a,

1990) e Harkins e Petty (1981, 1987) pode ser este um dos factores determinantes que concorrem para a eficácia psicológica da diversidade percebida na validação do conhecimento. No entanto, a independência entre os membros do grupo não foi, até à realização da presente pesquisa, testada empiricamente como mediador do efeito da variabilidade grupal na validação do conhecimento, sendo este o objectivo central a que nos propusemos.

1.2. Objectivo Central do Presente Trabalho

Pesquisas anteriores à presente investigação (Lopes et al., 2007; Vala et al., no prelo; Vala, Garcia-Marques, Gouveia-Pereira & Lopes, 1998), para além de reafirmarem empírica e /ou teoricamente o papel do consenso como mecanismo primordial na validação do conhecimento quotidiano (Festinger, 1950, 1954), permitiram clarificar a importância da heterogeneidade como indício para a atribuição de validade ao conhecimento veiculado pelos grupos.

Um estudo recente de Vala e colaboradores (no prelo) procurou, ainda, esclarecer o mecanismo psicológico inerente à maior validade atribuída ao conhecimento produzido por grupos estruturalmente heterogéneos. Um aspecto testado foi a participação individual. Os resultados obtidos demonstraram que o conhecimento veiculado pelos grupos heterogéneos é considerado mais válido e que os elementos que compõem estes grupos são percebidos como tendo pensado de forma independente, bem como participado e contribuindo de modo autónomo, para as conclusões consensuais do grupo. Contudo, esta evidência é apenas de natureza correlacional.

Para além disso, de acordo com as investigações de Asch (1952, 1987), Wells e Harvey (1977), Wilder (1977, 1978a, 1990) e Harkins e Petty (1981, 1987) pode considerar-se que é a independência percebida entre as fontes de uma mensagem específica que constitui o processo-chave, no qual se baseia a eficácia psicológica dos grupos heterogéneos, ao nível da validação do conhecimento.

Assim, seguindo os autores supracitados e as respectivas investigações, o objectivo central da presente pesquisa foi o de testar o papel mediador da independência percebida entre os membros de um grupo (manipulando experimentalmente esta característica) na relação entre a variabilidade grupal e a validade atribuída à informação constituída no seio desse mesmo grupo.

1.3. Estrutura do Presente Trabalho

Na primeira parte da presente investigação pretendemos enquadrar teórica e empiricamente os principais aspectos inerentes à validação social do conhecimento. Procurámos sistematizar as teorias, mecanismos e noções mais relevantes, para promover a compreensão do funcionamento da regra do consenso e, principalmente, dos princípios da heterogeneidade e independência na validação do conhecimento quotidiano. Considerando que a comparação com os outros desempenha um papel central na atribuição de validade ao conhecimento, consagrando a validação do conhecimento quotidiano um processo social, abordámos a Teoria da Comparação Social de Festinger (1954), antecedentes e críticas. Partindo da controvérsia levantada relativamente à hipótese da semelhança, referimos a Reformulação Atribucional da Teoria da Comparação Social (Goethals & Darley, 1977).

Enfatizámos, baseando-nos teórica e empiricamente (Lopes et al., 2007; Vala et al., no prelo; Vala, Garcia-Marques, Gouveia-Pereira & Lopes, 1998), o papel da heterogeneidade como mecanismo de validação social de habilidades, opiniões e crenças. Para além disso e, mais uma vez, com referência a investigações e formulações teóricas anteriores (Asch 1952, 1987; Harkins & Petty, 1981, 1987; Wells & Harvey; 1977; Vala et al., no prelo; Wilder, 1977, 1978a, 1990) propusemos a percepção de independência entre os membros do grupo, como o processo que medeia a relação entre a heterogeneidade percebida do grupo e a validade atribuída ao conhecimento produzido pelo mesmo.

Na segunda parte desta investigação apresentámos as evidências empíricas que permitem apoiar o papel da variabilidade grupal e independência percebidas na avaliação que os sujeitos fazem da credibilidade e validade do conhecimento do grupo.

A terceira secção do presente trabalho apresenta a discussão dos resultados obtidos, as conclusões gerais desta pesquisa, bem como as principais limitações e contribuições para as diferentes áreas da psicologia. Sugerimos, ainda, possíveis linhas de futura investigação.

2. Validação Social do Conhecimento Quotidiano, Heterogeneidade e Independência

2.1. Heterogeneidade e Validação do Conhecimento

A concepção do saber popular, do conhecimento socialmente adquirido, como um saber menor esteve sempre presente nas ciências sociais como a Sociologia, a Antropologia ou a Psicologia ao longo dos anos. Considerando uma abordagem evolucionista, tudo se passa

como se o pensamento sofresse uma evolução natural: do raciocínio pré-lógico fragmentado ao raciocínio lógico formal.

Contudo, a Psicologia Social actual chama a atenção para o não determinismo do homem, procurando explicações mais abrangentes, mediante a consideração dos factores históricos, culturais e sociais e da complexidade das variáveis que devem ser estudadas, factores estes capazes de influenciar a construção de ideias, o desenvolvimento e validação do conhecimento e a transformação do meio social.

De facto, o homem é um ser que activa e paradoxalmente se constrói e é construtor da própria realidade social, que “remodela e categoriza as informações com as quais é confrontado e o faz no contexto de um conjunto de relações com os outros” (Bonardi & Rousseau, 1999, p.22). Um dos aspectos centrais com que se deparam os investigadores na área das ciências sociais consiste na procura de respostas para as questões: como é que o homem compreende, se relaciona, interpreta e dá sentido à realidade física e social com que se depara? Como produz e valida os conhecimentos, com os quais procura, muitas vezes, constituir respostas para as perguntas que surgem na sua relação com o meio envolvente?

São várias as formas através das quais o ser humano produz conhecimento, sendo que estas podem gerar, tanto argumentos complementares, como incompatíveis entre si. Para explicar fenómenos e acontecimentos existem teorias científicas e conhecimentos técnicos, esclarecimentos no âmbito da religião, explicações de senso comum, isto é, conhecimentos gerados socialmente. Estes diferentes tipos de conhecimento correspondem a conjuntos de conceitos articulados que fornecem modelos de explicação distintos entre si. Uma teoria científica corresponde a um conjunto de constructos, definições e proposições que se relacionam entre si, apresentando uma visão sistemática de fenómenos e especificando relações entre variáveis, com a finalidade de explicar e prever a realidade (Kerlinger, 1980). Neste sentido, as teorias científicas agrupam hipóteses e conceitos, articulados segundo um sistema dedutivo de premissas e conclusões, decorrentes de um raciocínio lógico. O conhecimento técnico é partilhado por especialistas ou peritos, em contextos específicos.

O conhecimento social, desde que utilizado diariamente, pode considerar-se conhecimento quotidiano (Lopes, 2007), conceito este central no presente trabalho. Este tipo de conhecimento diz respeito às relações gerais e simbólicas que adquirem uma função retórica, quando partilhadas por detentores do conhecimento que funcionam como uma unidade social, isto é, um grupo, audiência ou sociedade (Farrel, 1976; c.f. Lopes, 2007). Tendo em conta que grande parte do conhecimento quotidiano gerado socialmente consiste numa complexa

junção de crenças, valores e preferências (Goethals & Darley, 1977), consideramos que este mesmo conhecimento pode, efectivamente, ser validado.

No dia-a-dia, estamos constantemente sujeitos a informação proveniente de fontes distintas, na maioria das vezes veiculada por grupos, e é com base nesta mesma informação que, frequentemente, tomamos ou estabelecemos as nossas próprias decisões, opiniões ou julgamentos. Assim, em muitos casos, é tendo os outros como referência, que estabelecemos a validade do nosso próprio conhecimento. Deste modo, a procura da validação social do conhecimento de que dispomos visa evitar o comprometimento da eficácia na relação estabelecida com o meio, bem como providenciar uma visão correcta da realidade (Festinger, 1950). Coloca-se então uma questão central: Como definimos que determinado julgamento ou opinião é mais correcto e válido que outro, devendo ser tomado como padrão de comparação para avaliarmos as nossas próprias crenças, decisões e opiniões?

Segundo Vala e colaboradores (no prelo) o enquadramento conceptual mais amplamente difundido no âmbito da validação social do conhecimento corresponde à Teoria da Comparação Social de Festinger (1954). Esta formulação teórica procura descrever a forma e razão pela qual as pessoas estabelecem conhecimento válido através da comparação com o conhecimento de outros e é precedida pela Teoria da Comunicação Informal (Festinger, 1950), preconizada pelo mesmo autor. As respectivas ideias preliminares defendiam já que as pessoas geralmente dependiam dos outros para validar o seu próprio conhecimento. O conhecimento válido, designado pelo autor como realidade social, é criado no interior dos grupos devido a pressões para a uniformidade (i.e., pressão para o consenso). Esta primeira teoria enfatiza o papel do consenso como mecanismo determinante para a validação do conhecimento social ou quotidiano.

Nesta mesma linha, Kelley (1967) define o consenso como as situações em que “os atributos de origem externa são experienciados de igual modo por todos os observadores.” (p.197). O consenso real baseia-se na percepção da existência de uma realidade externa partilhada, a cujas propriedades os indivíduos respondem de forma idêntica (Ash, 1952). Contudo, nem sempre as comparações de opiniões são reais ou explícitas, podendo também tratar-se de processos imaginados ou projectados (Gerard & Orive, 1987). Neste âmbito, o fenómeno de “ilusão de universalidade” proposto por Allport (1924) consiste na noção de que uma opinião que é percebida como consensual não ser mais do que a projecção da atitude da própria pessoa, sustentada pela concordância e apoio que, de forma ilusória, percebe nos outros. Também as pesquisas sobre o efeito do falso consenso (e.g. Ross, Greene & House, 1977; Krueger, 1998) têm demonstrado que os sujeitos tendem a estimar uma proporção

superior de indivíduos que partilham as suas opiniões ou atitudes, quando comparada com a estimativa feita por outros com opiniões ou atitudes diferentes. Uma das explicações dadas para a ocorrência destes mecanismos é, precisamente, a respectiva contribuição para a validação das opiniões quotidianas (Lopes et al., 2007). De facto, e independentemente do consenso ser resultado de uma comparação objectiva ou construída, aparentemente, e na maioria das situações, o desacordo com os outros gera uma menor confiança nas opiniões pessoais (Goethals & Klein, 2000).

Contudo, a primeira teoria referida, formulada por Festinger em 1950, não explica aprofundadamente os mecanismos através dos quais os outros podem ser utilizados, como fontes de informação para validar o conhecimento (Jones & Gerard, 1967). Assim, mantendo a relevância atribuída ao papel do consenso para a validação de opiniões e capacidades, o autor adicionou novas hipóteses, formulando então a Teoria da Comparação Social (Festinger, 1954). Esta formulação teórica enfatiza o papel dos outros como agentes do cumprimento das necessidades individuais de validação do conhecimento, identificando, especificamente, pessoas percebidas como semelhantes como alvo preferencial dos processos de comparação (Festinger, 1954). A validade do conhecimento seria, assim, derivada da comparação com outros semelhantes, enquanto a comparação com outros dissemelhantes era considerada como proporcionando visões desadequadas e inválidas da realidade. Esta é, efectivamente, uma das teorias mais difundidas na psicologia social e, até à actualidade, várias revistas científicas de referência publicam artigos, de índole teórica e empírica, relativos à temática (e.g. Buunk & Ybema, 2003; Markman & McMullen, 2003; Spears, Gordijn, Dijksterhuis & Stapel, 2004; Stapel & Suls, 2004).

Assim, dada a amplitude do interesse depositado na Teoria da Comparação Social (Festinger, 1954), esta tem sido alvo, ao longo dos anos, de grande número de revisões e ampliações. Em particular, foram propostos novos domínios de comparação como as emoções (Schachter, 1959) e valores (Goethals & Darley, 1977). Da mesma forma, foram enumerados motivos adicionais relevantes para os processos de comparação, como as necessidades de: auto-aperfeiçoamento (Gruder, 1971), validação (Goethals & Darley, 1977) e manutenção de uma auto-avaliação positiva (Tesser & Campbell, 1982), o *cognitive closure* (fechamento cognitivo) e a necessidade de evitar o fechamento cognitivo (Kruglanski & Mayselless, 1987).

De uma forma mais relevante para o presente trabalho, foram identificadas situações em que indivíduos dissemelhantes, em detrimento de semelhantes, eram preferidos como padrões de comparação (Reckman & Goethals, 1973; Goethals & Nelson, 1973; Kruglanski &

Mayselless, 1987; Mettee & Smith, 1977; Wills, 1981). Foram ainda propostas abordagens que sustentavam a diferenciação entre diferentes tipos de validação do conhecimento, o que implicava o diferente papel de outros semelhantes e dissemelhantes na validação do conhecimento (Singer, 1966; Mettee & Smith, 1977). De facto, o resultado destes e outros estudos realizados na área da Teoria da Comparação Social evidenciam constrangimentos de teor quer situacional, quer motivacional, no processo de escolha de alvos tanto semelhantes como dissemelhantes para comparação.

A tais evidências empíricas, que abrem caminho à relevância da função desempenhada por outros dissemelhantes na validação do conhecimento, acumula-se a noção de que a validade estabelecida unicamente com base no consenso pode acarretar consigo sérios riscos. Vários autores enfatizam a existência de enviesamentos que se encontram relacionados com o excessivo consenso, os quais afectam a qualidade da tomada de decisão e, conseqüentemente, do conhecimento produzido em grupo. São exemplos deste tipo de enviesamentos o fenómeno do Pensamento de Grupo (Janis, 1972), o Paradoxo de Habilene (Harvey, 1974) e o Efeito do Conhecimento Comum (Gigone & Hastie, 1993). Estas, entre outras, evidências empíricas demonstram, assim, que o consenso por si só não é critério suficiente para assegurar a validade da informação veiculada socialmente.

De facto, a perspectiva socrática de que o consenso é o meio para alcançar a verdade, evidenciando o diálogo como a melhor forma para a atingir, é efectivamente posta em causa por diversos episódios históricos nos quais foram, por exemplo, comum e consensualmente aceites como verdade os propósitos inerentes à escravatura ou à discriminação. São, também, exemplo de perigos concretos da sobrevalorização do consenso os períodos históricos vividos como resultado da vigência dos regimes políticos totalitários.

Deste modo, os referidos aspectos históricos e bibliográficos concretizam, as razões pelas quais se pode considerar excessivo o ênfase que a Teoria da Comparação Social (Festinger, 1954) coloca no papel atribuído ao consenso e comparação com outros semelhantes, como mecanismos através dos quais o ser humano procede à validação dos respectivos conhecimentos, opiniões e capacidades.

Esta conclusão investe de relevância a Reformulação Atribucional da Teoria da Comparação Social (Goethals & Darley, 1977; Goethals & Klein, 2000). Esta reconceptualização surge inspirada nas contribuições da Teoria da Atribuição e, mais especificamente, nos modelos propostos por Heider (1958) e Kelley (1967). Goethals e Darley (1977) que defendem que a atribuição e a comparação social partilham vários aspectos, nomeadamente a motivação dos indivíduos para dotar-se de conhecimento sobre o

meio envolvente, visando ordenar e prever o ambiente, a fim de conseguirem interagir eficazmente com o mesmo. Ambas as teorias visam explicar a forma como as pessoas validam o seu conhecimento quotidiano e, nas duas, a validade das opiniões é avaliada tendo como ponto de referência a comparação com os outros. Contudo, enquanto a teoria da comparação social tem em conta os processos interpessoais envolvidos na avaliação de opiniões individuais, a teoria da atribuição considera as regras que os sujeitos utilizam para fazer atribuições causais sobre objectos ou pessoas. A comparação social centra-se no facto de avaliarmos o nosso conhecimento quotidiano, procurando verificar se os outros concordam com ele ou não.

De acordo com Kelley (1967) “tudo acontece como se os indivíduos estivessem motivados para atingir o domínio cognitivo da estrutura causal do meio.” (p. 194). Assim, a Teoria da Atribuição (Kelley, 1967, 1973) propõe que os indivíduos explicam o seu próprio comportamento e o dos outros de um modo semelhante ao que é empregue pelos cientistas na procura de relações causa-efeito. Segundo este modelo, a atribuição de causas internas ou externas aos comportamentos, julgamentos ou opiniões de dado indivíduo, envolve informação sobre os seguintes elementos: o estímulo, a pessoa e as circunstâncias. A atribuição de validade ao conhecimento sobre a envolvente resulta, então, da interacção entre três critérios principais: consenso (se são todas ou apenas poucas pessoas a responder ao estímulo da mesma forma?), consistência temporal (se a pessoa responde sempre da mesma forma ao estímulo?) e distinctividade (se a pessoa responde da mesma forma a todos ou apenas poucos estímulos desse tipo?). O consenso existente relativamente ao comportamento é um elemento central no processo de atribuição.

A Reformulação Atribucional da Teoria da Comparação Social (Goethals & Darley, 1977) propõe, sobretudo, uma reconceptualização da dimensão crítica da semelhança. Põe em causa a pertinência dada à semelhança de atributos relacionados com a opinião ou desempenho, questionando o facto de não ser, em vez disso, considerada a semelhança relativamente à opinião ou ao desempenho por si só. Os autores questionam o papel de informação consensualmente partilhada por outros, percebidos como semelhantes em relação aos atributos relacionados com o estímulo sob validação. Mais especificamente, a teoria assenta em dois postulados fundamentais: a hipótese dos atributos relacionados e o efeito da triangulação. O primeiro alega que o acordo consensual entre pessoas percebidas como semelhantes relativamente a atributos relacionados com o conhecimento sob validação evidência a presença de enviesamentos partilhados entre estes indivíduos, factor esse que desvirtua a relevância desta informação para a validação do conhecimento.

Para além disso, o Efeito da Triangulação argumenta que a informação proveniente de indivíduos percebidos como dissemelhantes é vista como detentora de utilidade máxima no âmbito da validação do conhecimento, visto que activa a percepção de que estes indivíduos proporcionam perspectivas diferentes e independentes quanto a uma mesma entidade sob validação (Goethals, 1976).

De forma congruente com os pressupostos enunciados, Goethals e Darley (1977) propõem que em determinadas situações os outros semelhantes podem não constituir fontes de informação relevante, capazes de dissipar dúvidas relativas à validade do conhecimento, por não permitirem que a causa de determinado efeito seja realmente atribuída ao estímulo que lhe está subjacente. De forma oposta, a informação veiculada como resultado do acordo entre indivíduos dissemelhantes em atributos relacionados com o conhecimento sob validação pode assinalar a existência de um consenso amplo e razoavelmente partilhado (Goethals & Klein, 2000), afastando a ideia de um enviesamento partilhado pelos sujeitos que constituem o consenso, facto que, por seu lado, aumenta a probabilidade de que este conhecimento seja atribuído à realidade, resultando na sua respectiva percepção como muito válido (Lopes, 2007).

Do mesmo modo, e segundo Wells e Harvey (1977), o consenso, quando percebido como um produto de indivíduos dissemelhantes, aumenta a probabilidade de que um comportamento seja atribuído a causas externas. Assim, sendo o consenso um mecanismo poderoso na validação do conhecimento e, apesar da sua prevalência, as propriedades estruturais respeitantes à constituição do grupo em acordo constituem uma importante pista para que seja correctamente atribuída, ou não, validade ao mesmo consenso.

De facto, são múltiplas e em várias áreas as evidências práticas que constituem expressões da importância das mesmas características estruturais na credibilidade, validade do conhecimento e capacidade persuasiva atribuídas a dado grupo. Estas manifestações são de tal forma abrangentes que a influência da heterogeneidade dos grupos se reflecte nos principais vectores da vida em sociedade, como a política, justiça, educação, economia e lazer. Assim, a importância da variabilidade grupal segue-nos desde a organização política na Grécia Antiga, à democracia e organização do parlamento actual, passando pelo critério de formação de júris em países como os Estados Unidos, com um papel determinante no poder judicial; engloba também a constituição de equipas multidisciplinares na área da educação; os treinos dos jogadores de futebol, com características que favorecem uma preparação diferenciada e a atribuição de funções específicas para cada posição ou, considerando a área

da publicidade, o facto de existirem vários e diferentes intervenientes a contribuir para uma maior capacidade persuasiva das mensagens publicitárias.

Deste modo, parecem-nos claras as evidências da importância da heterogeneidade grupal a nível quotidiano, e aparentemente óbvia a sua transposição para o campo da validação dos conhecimentos. Para além disso, e como vimos, autores como Goethals e colaboradores (e.g. Goethals & Darley, 1977; Goethals & Klein, 2000) defendem, efectivamente, a importância do princípio da heterogeneidade na avaliação da validade de conhecimentos, apontado para o facto de que “o acordo entre outros dissemelhantes fornece dados especialmente convincentes de que o consenso é abrangente, os factos são claros e as opiniões de cada um não são enviesadas” (Goethals, 1976, p. 307).

Contudo, e durante muito tempo, os estudos empíricos apenas revelavam suporte indirecto para a hipótese de que, à semelhança do consenso, a percepção de heterogeneidade daqueles que veiculam uma mesma opinião, pode ser vista como um princípio de validação do conhecimento. Estas pesquisas enquadram-se em três áreas distintas, designadamente: categorização social e a influencia social (Wilder, 1977, 1978a, 1978b); persuasão (Harkins & Petty, 1981, 1987) e diferenciação intragrupal e heterogeneidade (Vala et al., 1998; Kelly, 1989).

Em nenhuma destas investigações foi incluída uma medida relativa à validação do conhecimento, foram manipulados o consenso e a variabilidade simultaneamente ou foi avaliado o respectivo impacto na validade atribuída pelos indivíduos às suas próprias opiniões ou às opiniões de outros (Lopes et al., 2007). Outros estudos ainda (e.g. Reckman & Goethals, 1973; Goethals, Allison & Frost, 1979; Gorenflo & Crano, 1989; Manstead, 1982) evidenciam, também, suporte incompleto para esta hipótese, visto incluírem medidas para avaliar o consenso e a variabilidade, mas não manipularem estas mesmas variáveis.

Ao longo do vasto leque de investigações que indirectamente contribuíram para o aprofundar desta hipótese, vários autores (e.g. Goethals & Darley, 1977; Goethals & Nelson, 1973; Gorenflo & Crano, 1989; Augustinova, Drozda-Senkwska & Lasticova, 2004) propuseram que o princípio da heterogeneidade teria especial relevância na validação de conhecimentos potencialmente verificáveis, julgamentos objectivos ou problemas bem definidos. De facto, Goethals e Nelson (1973), por exemplo, mostraram que a confiança que os sujeitos depositavam nos seus julgamentos relativos a realidades factuais aumentava à medida que recebiam suporte de indivíduos percebidos como dissemelhantes, não sofrendo qualquer acréscimo quando o apoio provinha daqueles percebidos como semelhantes.

Contudo, outros estudos vieram alargar a compreensão relativa à magnitude da influência do papel da heterogeneidade no domínio das preferências, crenças e valores. Goethals e colaboradores (1979) demonstraram que os estudantes de uma universidade americana, para além de sobrestimarem o número daqueles que partilham das suas opiniões, percebiam os colegas com opiniões semelhantes às suas como mais heterogéneos, nomeadamente no que se refere aos respectivos valores e estilos de vida, enquanto percepcionavam os que sustentavam opiniões distintas como mais homogéneos, relativamente aos mesmos aspectos.

Na mesma linha, Vala e colaboradores (1998) desenvolveram três estudos correlacionais que pretenderam clarificar o mecanismo através do qual os apoiantes de determinados partidos políticos usavam a variabilidade e o consenso para validar as respectivas posições e invalidar as do partido oposto. Os autores analisaram a percepção de heterogeneidade a nível intergrupar e verificaram que o exogrupo era percebido como mais homogéneo ao nível dos estereótipos e homogéneo relativamente aos valores, enquanto o endogrupo era percebido como mais heterogéneo no que se refere aos estereótipos dos seus militantes e igualmente homogéneo em termos de valores partilhados. Esta estratégia é interpretada pelos autores como um meio de validar as opiniões do endogrupo e desacreditar as do exogrupo. O significado desta conclusão corresponde a dizer que os valores do endogrupo são válidos porque, para além de consensuais, são partilhados por pessoas percepcionadas como diferentes entre si a nível dos traços estereotípicos que as definem, enquanto os do exogrupo não são válidos porque, embora sendo igualmente partilhados, são defendidos por indivíduos percebidos como estereotipicamente homogéneos.

Ultrapassando as referidas limitações que consagraram os estudos supracitados como suporte incompleto para hipótese da variabilidade grupal, a investigação levada a cabo por Lopes e colaboradores (2007) permitiu mostrar que a regra da heterogeneidade funciona efectivamente como princípio de validação do conhecimento, sendo especialmente relevante quando adicionada à informação sobre o consenso. Na pesquisa foram manipulados os níveis de consenso e heterogeneidade de grupos e medido o impacto destas manipulações na avaliação feita pelos participantes da validade das opiniões veiculadas e decisões tomadas por dois grupos opostos. Nos resultados dos três estudos realizados, um piloto e dois experimentais, foi evidente o efeito tradicional do consenso (é atribuída maior validade a uma opinião veiculada por um grupo mais consensual, do que a uma emitida por um menos consensual) e verificou-se um efeito principal da heterogeneidade. Isto é, independentemente de ser manipulada a variabilidade em termos sociológicos (p.e., pertença a diferentes departamentos de uma empresa) ou psicológicos (p.e., diferenças entre membros do grupo no

que toca aos seus traços de personalidade), as opiniões do grupo heterogéneo foram sempre investidas de maior validade. Por último, um efeito de interacção mostrou que a heterogeneidade tem um papel moderador do efeito do consenso na validade atribuída. Assim, quando os dois grupos são descritos como igualmente consensuais, é atribuída maior validade ao grupo mais heterogéneo, enquanto que se um grupo for descrito como mais consensual a informação relativa à heterogeneidade perde a sua relevância (Lopes et al., 2007).

A questão em aberto, que abordaremos de seguida, reside em saber qual ou quais os mecanismos psicológicos que se encontram subjacentes à atribuição de maior validade a grupos heterogéneos.

2.2. Heterogeneidade, Independência e Validação do Conhecimento

Quando dois grupos são caracterizados como igualmente consensuais, o grupo caracterizado como mais heterogéneo será percebido como mais credível (Lopes et al., 2007). Considerando este pressuposto, a necessidade com que nos debatemos neste ponto foi, então, a de ampliar a nossa compreensão sobre a forma como actua o princípio da heterogeneidade na validação do conhecimento.

Uma explicação proposta para o efeito da heterogeneidade relaciona-se com a independência percebida entre os membros que compõem os grupos heterogéneos, os quais partilham opiniões semelhantes, e o valor que é socialmente atribuído a esta mesma independência, como garantia de participação daqueles que alcançaram o consenso sobre um tema específico (Vala et al., no prelo). Em grupos homogéneos, talvez seja menos provável assumir a existência de independência entre os seus membros, o que leva a uma mais fraca atribuição de validade às posições defendidas. Neste último caso, os sujeitos não podem ignorar enviesamentos pessoais e fazer atribuições directamente relacionadas com a entidade (i.e. o tema em discussão), com base na informação proveniente exclusivamente de grupos homogéneos (Lopes, 2007).

Podemos encontrar evidências empíricas relacionadas com esta problemática, em trabalhos de autores como Asch (1952, 1987), Wells e Harvey (1977), Wilder (1977, 1978a, 1990), Harkins e Petty (1981, 1987) e Vala e colaboradores (no prelo).

Asch (1952), considerando os resultados que obteve nos seus estudos sobre a conformidade, ao procurar explicar a prevalência de escolhas independentes, concluiu que a independência percebida entre aqueles que partilham determinado conhecimento é um factor

crítico para o valor atribuído ao consenso que é produzido. Para além disso, o mesmo autor, em 1987, ao reflectir relativamente aos resultados dos estudos que desenvolveu sobre o fenómeno da Influência Social, enfatizou que o “significado do consenso colapsa quando os indivíduos agem como espelhos que reflectem a sua própria imagem” (Asch, 1987, p. 495). De acordo com este argumento, é a diversidade entre as contribuições dos diferentes indivíduos que confere validade ao acordo entre todos. Assim, para garantir a validade das opiniões, os membros do grupo devem ser percebidos como independentes entre si, isto é, percebidos como tendo cada um contribuído de forma independente para o consenso gerado.

Por outro lado, para explicar o papel da variabilidade grupal no processo de validação do conhecimento quotidiano, Goethals e colaboradores (Goethals & Darley, 1977; Goethals & Klein, 2000) apresentaram uma explicação de nível intra-individual. Os autores defenderam que o mecanismo psicológico inerente à atribuição de validade, com base na diversidade percebida, é o mesmo que o envolvido nos processos de atribuição causal. Especificamente e na linha de Wells e Harvey (1977), a heterogeneidade percebida facilitaria a atribuição do conhecimento, produzido no grupo, a uma causa exterior. Assim, na primeira das duas experiências realizadas, os autores constataram que o facto de uma amostra ser descrita como aleatória e representativa levava a que a informação sobre o consenso reflectisse efectivamente a sua conotação teórica essencial. Assim, e apenas neste caso, a manipulação dos diferentes níveis de consenso resultava num efeito significativo nas atribuições causais relativas à pessoa *versus* à situação. Era esta informação que permitia evitar que os participantes no estudo desvalorizassem o aumento do consenso, atribuindo-o ao facto de ser produzido por uma amostra não representativa. A falta de informação relativa à aleatorização e representatividade facilitaria a percepção de que o comportamento resultava de enviesamentos partilhados, não se tratando de uma resposta objectiva às características do estímulo em causa.

Na segunda experiência, os resultados obtidos demonstraram que a informação sobre o consenso afecta a percepção de traços de personalidade específicos julgados como relevantes para dado comportamento. Comprovaram, também, existir um efeito da informação relativa ao consenso nas previsões do comportamento do alvo. Para além disso, e de forma mais interessante para o presente objectivo, na condição em que não foi referido que a amostra apresentada era aleatória e representativa, a avaliação feita pelos sujeitos relativamente à não-representatividade dos alvos foi tanto maior, quanto mais elevado o grau de consenso descrito na condição em que se encontravam (Wells & Harvey, 1977).

Esta investigação veio apoiar empiricamente a noção de que o consenso apenas gera a ideia de causalidade externa quando associado à heterogeneidade e/ou independência percebida naqueles que o sustentam. Ou seja, o consenso proveniente de um conjunto de indivíduos percebidos como diferentes e independentes entre si permite, possivelmente, descartar a possibilidade do conhecimento gerado ser um reflexo de enviesamentos partilhados por estes membros.

Pelo seu lado, Wilder (1977) sublinha a importância da independência percebida na capacidade persuasiva das fontes. Neste sentido, o autor realizou duas experiências nas quais investigou os efeitos do facto dos outros serem percebidos como um grupo, na respectiva capacidade persuasiva. Os participantes nesta investigação observaram uma gravação, na qual eram apresentadas pessoas que expressavam opiniões. O conteúdo das mensagens era constante. Assim, em todas as condições os sujeitos ouviam os mesmos argumentos, tendo como fonte as mesmas pessoas. As variáveis sistematicamente manipuladas foram: o número de pessoas presentes e a relação entre as mesmas (i.e. se estavam ou não organizadas em grupos). Alguns comunicadores eram caracterizados como um grupo, enquanto outros foram descritos como indivíduos não relacionados entre si. Os resultados mostram que a influência social varia positivamente com o número de grupos envolvidos na tentativa de persuasão. Considerando um número constante de pessoas na oposição, era mais provável os sujeitos conformarem-se com as suas ideias quando os comunicadores eram elementos de vários grupos distintos, do que quando estes pertenciam a um único grupo. Por exemplo, quando os sujeitos percebiam quatro pessoas como correspondendo a dois grupos de dois, estas duas entidades exerciam maior influência social, do que quando os elementos eram considerados como formando um só grupo de quatro. Isto porque, quando os elementos são percebidos como um único grupo, o seu comportamento é considerado como menos independente, comparativamente com a situação em que os mesmos se apresentam como indivíduos não relacionados entre si.

Outra pesquisa, desenvolvida no ano seguinte pelo mesmo autor, centrou-se na tomada de decisão dos júris. Wilder (1978a) comparou este processo com os fenómenos de pressão para a uniformidade que ocorrem no seio dos pequenos grupos. Abordou, nos dois estudos desenvolvidos, os fenómenos de influência social e consenso, segundo uma perspectiva atribucional. Concluiu que o acordo entre jurados homogéneos podia ser atribuído a um fenómeno de influência recíproca ou à semelhança de personalidades e, por isso, descredibilizado como fonte de informação fidedigna. Assim, as pessoas seriam tanto mais influenciadas por um júri, quanto mais os elementos que o constituem fossem percebidos

como independentes entre si. Do mesmo modo, quanto mais dissemelhantes aparentassem ser os jurados mais influentes seriam, porque mais difícil seria categoriza-los num único grupo de membros interdependentes.

Também Wilder (1990) defende que um grupo consensual e heterogéneo é considerado mais válido, porque os seus membros são percebidos como mais independentes entre si e o consenso estabelecido como mais abrangente. De acordo com o autor é certo que os membros do endogrupo, a maior parte dos casos semelhantes entre si, são alvos preferenciais para comparação social, quando comparados com indivíduos pertencentes ao exogrupo. De facto, os resultados obtidos corroboram esta ideia, evidenciando uma maior capacidade persuasiva dos membros do endogrupo (comparativamente com os do exogrupo), os quais são considerados como mais independentes entre si. Contudo, mostram também que ao fornecer informação individualizada sobre os membros do exogrupo, aumenta a respectiva heterogeneidade percebida e estes atingem um grau de capacidade persuasiva equivalente ao detido pelos membros do endogrupo.

Com base nestes dados podemos propor que o papel de indivíduos semelhantes como alvos preferenciais em processos de comparação social, tão enfatizado pela Teoria da Comparação Social (Festinger, 1954), poderá ser favorecido pela respectiva percepção como indivíduos independentes entre si e, assim, o princípio central a actuar neste mecanismo de validação do conhecimento consistiria na independência percebida entre os elementos e não na sua semelhança. Esta indução, associada aos estudos já referidos que comprovam a importância da heterogeneidade na validação do conhecimento diário, vem reforçar a ideia central que propomos neste trabalho, de que as ideias de grupos percebidos como mais heterogéneos e cujos elementos são percebidos como independentes entre si serão avaliados como mais credíveis e com maior validade.

Outra linha de pesquisa que nos fornece evidências empíricas indirectas relativamente à associação implícita entre a heterogeneidade do grupo, independência percebida entre os seus membros e validade atribuída ao conhecimento produzido são os trabalhos de Harkins e Petty (1981, 1987) sobre o efeito das fontes múltiplas. Estes estudos revelaram que uma opinião é mais persuasiva quando fontes diferentes apresentam argumentos distintos que a sustentam. Os três primeiros estudos, realizados em 1981, permitiram identificar um efeito das fontes múltiplas, segundo o qual quando a mensagem era apresentada por várias fontes recebia maior escrutínio, em comparação com a situação em que a mesma mensagem era exposta por uma fonte única. Uma implicação resultante deste efeito é a de que quando as fontes múltiplas transmitem argumentos fortes, estes geram uma maior quantidade de pensamentos

positivos relevantes relacionados com a questão e, conseqüentemente, um nível mais elevado de concordância nos receptores, comparativamente com o acordo gerado na condição em que os mesmos argumentos são apresentados por um único comunicador. Por outro lado, quando as fontes múltiplas apresentam argumentos fracos, estes argumentos fomentam mais pensamentos desfavoráveis relevantes relativos à questão, gerando um nível mais baixo de concordância, em comparação com a situação em que os mesmos argumentos são apresentados por uma única fonte.

Os resultados obtidos no estudo supracitado sustentam que a maior capacidade persuasiva das fontes múltiplas resulta do facto de as mesmas gerarem um maior processamento das mensagens transmitidas. Contudo, não acrescentam explicações relativamente às causas que estão na base deste tratamento mais aprofundado da informação. Assim, Harkins e Petty realizaram, em 1987, uma pesquisa que procurou dar resposta às questões deixadas em aberto. Estes autores concluíram, através da realização de três experiências, que as fontes múltiplas levam efectivamente a um acréscimo no processamento da informação. Este facto deve-se às percepções dos receptores de que a informação proveniente das mesmas é mais provavelmente baseada em várias perspectivas e em conjuntos de conhecimento independentes e, por isso mesmo, mais merecedora de ser atentamente considerada. O estudo revela-se particularmente relevante no enquadramento da presente investigação, visto abordar directamente a questão da independência (*versus* interdependência) entre os elementos. Os resultados da primeira experiência mostram que a vantagem persuasiva das fontes múltiplas, apresentando argumentos fortes, era eliminada caso fosse referido que as várias fontes tinham formado um comité (i.e. eram interdependentes entre si), em detrimento de serem elementos independentes.

A segunda experiência fornece uma possível operacionalização da variável independência (*versus* interdependência), pela qual nos guiámos na presente pesquisa. Esta experiência considera a ordem de apresentação da informação relativa à formação (ou não) de um grupo, para testar a hipótese da independência e avaliar se a manipulação desta informação exerce o efeito através da redução no processamento dos argumentos. Os resultados mostraram que a manipulação relativa à formação de um comité, apenas eliminava a vantagem persuasiva das fontes múltiplas apresentando argumentos fortes, quando este dado estava disponível previamente à exposição aos argumentos e não surtia efeito quando era fornecido depois da exposição.

Os autores desenvolveram uma terceira experiência para testar a possibilidade de serem as perspectivas partilhadas (implicadas na manipulação do comité) a despoletar a redução da

vantagem persuasiva, visto não ser considerada uma visão *gestaltista* do funcionamento dos grupos. Em duas das condições deste estudo, os participantes foram informados de que as pessoas apresentadas formavam um comité. Contudo, numa das situações o grupo era apresentado como sendo constituído por elementos que partilhavam as mesmas perspectivas e na outra por detentores de perspectivas e pontos de vista diferentes. Na terceira condição as fontes foram caracterizadas como independentes entre si. Demonstrou-se que, quando o grupo era apresentado como englobando um conjunto de membros com perspectivas semelhantes, a vantagem persuasiva das fontes múltiplas, apresentando argumentos fortes, era eliminada. Porém, quando o grupo é descrito como sendo formado por membros com pontos de vista dissemelhantes a vantagem persuasiva das fontes múltiplas mantém-se. Assim, esta pesquisa vem corroborar a ideia de que o poder persuasivo das fontes múltiplas reside na independência informativa percebida e nas perspectivas distintas que as mesmas presumivelmente representam. Em suma, os autores argumentam que as mensagens transmitidas por várias fontes, independentes entre si, são processadas de forma mais aprofundada e por esta razão têm maior capacidade persuasiva.

Por outro lado, na tentativa de clarificar um pouco mais, entre outros aspectos, o mecanismo inerente à actuação do princípio da heterogeneidade na validação do conhecimento quotidiano, Vala e colaboradores (no prelo) desenvolveram uma pesquisa, que envolveu dois estudos experimentais. No estudo piloto foi testado o sucesso do cenário experimental e, especificamente, a manipulação da heterogeneidade e as medidas da participação independente e da percepção de validade. Os resultados suportaram as hipóteses relativas ao efeito da heterogeneidade e à mediação da participação na relação estabelecida entre a heterogeneidade do grupo e a validade atribuída. Para além disso, foi comprovado o sucesso da manipulação da variável “variabilidade do grupo”.

No estudo principal, foi mais uma vez manipulada a heterogeneidade do grupo (i.e. variabilidade grupal) em termos de semelhança (grupo homogéneo) *versus* dissemelhança (grupo heterogéneo) de posições e opiniões relativamente a questões contemporâneas. Foi, também, considerada como variável independente a pertença ao grupo. Todavia, visto este aspecto não ter relevância no âmbito da presente pesquisa, não iremos abordá-lo, bem como à variável mediadora com este relacionada.

Como variáveis dependentes, cuja análise é saliente para o presente trabalho, os autores consideraram a validade atribuída às opiniões do grupo e a participação individual dos seus membros. Os resultados do referido estudo mostram, também, o já espectável efeito da heterogeneidade na validade atribuída, revelando igualmente, o papel mediador da

participação individual percebida. De facto, estes dados revelam que a variabilidade está associada à participação e ao debate, factores que devem ser uma condição necessária para que seja atribuída validade ao conhecimento quotidiano produzido em conjunto, por determinado grupo heterogéneo. Estes resultados tornam-se bastantes pertinentes na compreensão do funcionamento psicológico da regra da heterogeneidade, contudo esta mediação foi encontrada tendo como base dados de natureza correlacional. A variável participação independente foi efectivamente medida, não tendo sido, porém, manipulada.

Neste sentido, um dos objectivos determinantes do presente trabalho é o de manipular a independência percebida, em vez de a mesma ser simplesmente medida. Para realizar a respectiva operacionalização, guiámo-nos pela manipulação de independência considerada por Harkins e Petty (1987). Considerámos, assim, nesta pesquisa que a percepção de independência é uma das condições subjacentes à percepção de participação dos membros de um dado grupo, podendo, portanto, ser tomado como um correlato do construto de participação.

2.3. *Overview e Hipóteses*

Na presente investigação pretendemos testar o papel mediador da independência percebida, na relação estabelecida entre a variabilidade dos membros de um grupo e a validação do conhecimento por este produzido. Seguindo Vala e colaboradores (no prelo), o presente estudo foi introduzido aos participantes como se de um estudo de opinião se tratasse, cujo objectivo seria o de permitir aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento e a constituição de grupos, os quais teriam sido formados para debater problemáticas inerentes à implementação do Tratado de Bolonha. O grupo apresentado aos participantes era descrito como sendo constituído por oito elementos e designado como G12. Foi restringida a informação disponível sobre as posições defendidas pelo grupo para que os sujeitos se centrassem nos dados relativos às variáveis independentes e não no tópico sob avaliação, tendo em vista, paralelamente, evitar a identificação dos participantes com o grupo.

Foi solicitado aos sujeitos que avaliassem a credibilidade e validade das ideias e posições defendidas e de um documento final a ser produzido pelo grupo. As características do grupo relativamente à respectiva variabilidade e grau de independência dos seus membros foram sistematicamente manipuladas, sendo controlado o grau de consenso, apresentando um nível igual e elevado em todos os grupos. Desta forma, as manipulações das duas variáveis independentes geraram quatro condições experimentais, segundo as quais os sujeitos foram

distribuídos aleatoriamente. De acordo com as mesmas, foi apresentado a cada sujeito, um dos grupos definidos pelas seguintes características: grupo heterogéneo e em que cada membro pesquisou e trabalhou de forma independente; grupo heterogéneo e em que todos trabalharam de modo interdependente; grupo homogéneo e cujo resultado final resultou de contribuições independentes dos seus membros; e, finalmente, grupo homogéneo cujos membros formaram de forma interdependente as propostas e medidas apresentadas pelo grupo.

O princípio que está na base do presente estudo encontra-se ancorado na vasta bibliografia explorada no ponto anterior, designadamente trabalhos de autores como Wilder (1977, 1978a; 1990) e Harkins e Petty (1981, 1987) nas áreas da influência social e da persuasão, respectivamente, e, em especial, na pesquisa empírica desenvolvida por Vala e colaboradores (no prelo) no âmbito da validação social do conhecimento. Partindo dos referidos estudos entendemos que os sujeitos percebem os conhecimentos veiculados por grupos heterogéneos como sendo um produto das contribuições individuais dos seus membros, os quais trabalham e formam a respectiva opinião de forma independente. É, então, a independência percebida entre os membros um dos mecanismos psicológicos subjacentes à atribuição de maior validade às opiniões dos grupos cuja estrutura apresenta um maior grau de variabilidade.

De acordo com esta perspectiva formulámos a seguinte hipótese central: a independência percebida num grupo medeia os efeitos da variabilidade grupal sobre a validade atribuída aos posicionamentos gerados no seu interior.

Para além disso, e considerando, especificamente, os resultados dos estudos previamente referidos relativamente ao papel da heterogeneidade na validação do conhecimento (e.g. Lopes et al., 2007; Vala et al., no prelo), formulámos a hipótese da existência de um efeito principal da heterogeneidade na validação do conhecimento. Neste sentido, os participantes nas condições em que é apresentado um grupo caracterizado como heterogéneo (condições: grupo heterogéneo e independente e grupo heterogéneo e interdependente) atribuiriam, em média, maior validade ao conhecimento produzido pelo mesmo, quando comparados com os sujeitos nas condições de homogeneidade (grupo homogéneo e independente e grupo homogéneo e interdependente).

Por último, centrando-nos agora nos estudos relativos ao papel da independência na validação do conhecimento (e.g. Ash, 1952; Wilder, 1977, 1990; Harkins & Petty, 1981, 1987), formulámos a hipótese de que os resultados evidenciariam a presença de um efeito principal da variável independência na variável dependente, ou seja, na validação do

conhecimento. Deste modo, a atribuição de validade feita pelos sujeitos nas condições em que os membros do grupo são caracterizados como tendo trabalhado de forma independente entre si (grupo heterogéneo e independente e grupo homogéneo e independente) seria, em média, superior, quando comparada com a validade atribuída pelos participantes nas condições em que os membros do grupo apresentado são descritos como tendo trabalhado de modo interdependente (grupo heterogéneo e interdependente e grupo homogéneo e interdependente).

De forma complementar, dado estarmos a testar uma mediação (e não um possível papel moderador da independência) esperamos que a interação entre os dois factores revelasse um efeito não significativo.

3. Independência Percebida como Mediador da Relação entre a Heterogeneidade e a Validação do Conhecimento

3.1. Método

3.1.1. Participantes e design.

Participaram neste estudo 77 estudantes, alunos de diversos cursos, em vários estabelecimentos de ensino superior portugueses (sexo feminino: 41,6%). As idades dos participantes encontram-se compreendidas entre os 18 e os 35 anos ($M = 21,60$; $SD = 2,77$). Os sujeitos foram distribuídos, aleatoriamente, por quatro condições resultantes de um design factorial 2 (variabilidade grupal: grupo heterogéneo *versus* grupo homogéneo) x 2 (independência percebida: membros independentes *versus* membros interdependentes). Os dois factores são entre participantes. A informação apresentada no Quadro 1 sintetiza o número de sujeitos que fez parte de cada uma das condições experimentais.

Quadro 1

Número de participantes por condição do design

Variabilidade	Independência	
	Membros Independentes	Membros Interdependentes
Grupo Heterogéneo	19	18
Grupo Homogéneo	16	21

3.1.2. Procedimento.

O presente estudo decorreu no interior do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL). Os participantes foram abordados, aleatoriamente, de acordo com a sua presença em diversos espaços do recinto. A distribuição pelas quatro condições realizou-se, também, de forma aleatória.

A investigação foi apresentada como correspondendo a um estudo de opinião, destinado a analisar e conhecer melhor o funcionamento e constituição de grupos de discussão. Informaram-se os participantes de que os grupos apresentados teriam sido formados para discutir as implicações da implementação do Tratado de Bolonha e produzir um documento informativo final, a distribuir pelos colegas. Para além disso, foi-lhes apresentado um grupo específico, composto por oito elementos (“aleatoriamente” seleccionado do conjunto dos grupos), o qual foi designado como “G12”. O mesmo grupo era descrito de acordo com o respectivo nível de consenso, variabilidade e grau de independência entre os seus membros (os últimos dois factores variavam segundo a condição em que se encontrava o participante).

As instruções iniciais, descrição do grupo e as três escalas (validação do conhecimento e controlo da manipulação de variabilidade e de independência) foram distribuídas sequencialmente. Desta forma, após lerem atentamente a descrição do grupo, foi solicitado aos sujeitos que, de acordo com quatro questões, dessem a sua opinião sobre o mesmo, no que se refere, nomeadamente, à validade do documento a ser produzido.

Terminado este primeiro questionário, a folha de resposta, bem como as de indicações, apresentação e descrição do grupo foram recolhidas. Distribuiu-se, seguidamente, um instrumento constituído por um conjunto de itens relativos ao controlo da manipulação das duas variáveis independentes. Terminadas estas questões, os sujeitos deram resposta aos itens de caracterização sócio-demográfica. No final agradeceu-se aos participantes e explicou-se o verdadeiro intuito do estudo.

3.1.3. Variáveis independentes.

Variabilidade grupal.

A composição interna do grupo foi considerada em termos de variabilidade psicológica dos seus membros. Assim, a variabilidade dos elementos foi manipulada através da apresentação dos mesmos como sendo muito semelhantes (grupo homogéneo) ou muito

diferentes (grupo heterogéneo) entre si, relativamente às características de personalidade que os caracterizam.

Desta forma, aos participantes na condição de grupo homogéneo era apresentada a seguinte descrição: “ (...) através da aplicação de um teste psicológico aos membros deste grupo, verificou-se que as 8 pessoas que o compõem são muito semelhantes entre si no que toca aos tipos de personalidade que as caracterizam. Ou seja, é um grupo muito homogéneo no que respeita aos tipos de personalidade dos seus membros.”

Na condição de grupo heterogéneo, era apresentado aos participantes o texto que se segue: “ (...) através da aplicação de um teste psicológico aos membros deste grupo, verificou-se que as 8 pessoas que o compõem são muito diferentes entre si no que toca aos tipos de personalidade que as caracterizam. Ou seja, é um grupo muito heterogéneo no que respeita aos tipos de personalidade dos seus membros.”

A operacionalização desta variável foi adaptada, tendo como base os instrumentos utilizados por Vala et al. (no prelo) e Lopes et al. (2007).

Independência percebida.

O grau de independência entre os elementos do grupo foi manipulado através da descrição dos membros como tendo trabalhado de forma estritamente colectiva (interdependente) ou, em vez disso, pensado e trabalhado previamente de modo individual (independente) nas propostas e medidas que estariam na base do documento final a produzir pelo grupo.

Desta forma, os participantes nas condições de interdependência liam que: “Verificámos, também, que todos os membros do grupo de discussão G12 pesquisaram e trabalharam em conjunto, quer dizer, de forma interdependente. Assim, os membros do grupo formaram, discutiram e registaram em conjunto as propostas e medidas apresentadas pelo grupo.”

Por outro lado, nas situações em que era descrito aos sujeitos um grupo formado por pessoas independentes entre si, era apresentado, aos mesmos, o seguinte texto: “Verificámos, também, que antes de se reunirem no grupo de discussão G12, cada membro pesquisou e trabalhou individualmente, quer dizer, de forma independente. Assim, cada um formou e registou previamente as suas próprias propostas e medidas que foram discutidas, de seguida, em grupo.”

A forma como foi operacionalizada esta variável consistiu numa adaptação da operacionalização utilizada por Harkins e Petty (1987) para testar a hipótese da independência.

3.1.4. Variável dependente.

Validade percebida.

Foi solicitado aos participantes que respondessem a quatro itens, relativos à avaliação feita do documento a ser produzido pelo grupo. Os mesmos avaliavam a respectiva validade, correcção, adequação e justificação, sendo que as respostas foram dadas segundo uma escala de diferencial semântico de seis pontos. Assim, foi transmitida a seguinte indicação: “Diria que o documento a produzir por este grupo será:”, como forma de resposta os sujeitos deveriam assinalar o número (de 1 a 6) que melhor caracterizasse a sua opinião. Os dois extremos numéricos correspondiam aos seguintes pares de adjectivos opostos: “Inválido” *versus* “Válido”; “Incorrecto” *versus* “Correcto”; “Desadequado” *versus* “Adequado” e, por fim, “Injustificável” vs. “Justificável”.

O cálculo da média de respostas dadas a estes quatro últimos itens, permitiu combina-los, originando um índice ($\alpha = 0.88$). Este indicador avaliou a validade percebida e foi utilizado nas análises que se seguem, as quais constituem os resultados da presente investigação.

Esta escala consistiu numa adaptação da escala utilizada por Lopes et al. (2007) para avaliar a validade percebida de opiniões e posições de grupos.

3.2. Resultados

3.2.1. Controlo da manipulação da variável variabilidade grupal.

Depois da escala relativa à validade percebida, foram apresentados aos participantes dois itens que pretendiam avaliar a percepção de semelhança/dissemelhança entre os membros do grupo. Os sujeitos responderam, de acordo com uma escala de seis pontos (de 1 = Nada Semelhantes a 6 = Muito Semelhantes), a duas alíneas específicas derivadas da seguinte questão “Em que medida é que as 8 pessoas que compõem este grupo são semelhantes entre si”.

Relativamente ao primeiro item (“Em que medida é que as 8 pessoas que compõem este grupo são semelhantes entre si, no que respeita às suas características de personalidade?”) um t teste para amostras independentes revelou o efeito significativo da variabilidade grupal, $t(75) = 20,21$, $p = 0,000$. Este efeito mostra que nas condições em que foi apresentado um

grupo descrito como homogêneo, os participantes perceberam os elementos do grupo como significativamente mais semelhantes entre si em termos das respectivas características de personalidade ($M = 5,00$, $SD = 0,85$), comparativamente com a avaliação feita por aqueles que se encontravam na condição de heterogeneidade ($M = 1,59$, $SD = 0,60$).

Analisando as respostas à segunda questão (“E de uma forma geral? Pensa que as pessoas deste grupo são muito semelhantes entre si ou nada semelhantes?”), e recorrendo ao mesmo teste, verificou-se, também, a existência do efeito significativo da variabilidade grupal, $t(75) = 15,85$, $p = 0,000$. Este efeito evidencia que os participantes na condição em que o grupo foi apresentado como homogêneo percebem os seus elementos como mais semelhantes a um nível geral ($M = 5,03$, $SD = 0,77$), comparativamente aos participantes das condições de grupo heterogêneo que perceberam os membros como mais dissemelhantes entre si ($M = 2,08$, $SD = 0,86$).

Estes resultados comprovam o sucesso da manipulação da variabilidade grupal induzida na presente pesquisa.

3.2.2. Controlo da manipulação da variável independência.

A estes dois itens, referentes à variabilidade grupal, seguiram-se três questões que se destinavam a controlar a manipulação de independência percebida no grupo. Neste sentido, foi solicitado aos sujeitos que avaliassem, de acordo com uma escala de seis pontos (de 1 = Discordo Totalmente a 6 = Concordo Totalmente), o grau de concordância com as seguintes afirmações: “Os membros do grupo G12 pesquisaram e registaram as suas propostas e medidas de forma independente.”, “Os membros do grupo G12 formaram uma opinião independente sobre o tema em discussão.” e “Os membros do grupo G12 trabalharam cada um por si para formar uma opinião sobre o tema em discussão.”

Analisando as respostas ao primeiro item deste conjunto de questões, através da realização de um t teste para amostras independentes, encontrou-se um efeito significativo da variável independência, $t(75) = 15,41$, $p = 0,000$. Mostrou-se, assim, que os participantes na condição em que foi apresentado um grupo constituído por elementos que teriam trabalhado e pesquisado de forma interdependente, perceberam os mesmos membros como menos independentes na pesquisa e registo das respectivas propostas e opiniões ($M = 1,97$, $SD = 1,09$), quando comparados com os participantes na condição de um grupo formado por elementos independentes ($M = 5,29$, $SD = 0,77$).

Relativamente à segunda questão, um teste semelhante revelou também um efeito significativo da independência, $t(75) = 14,14$, $p = 0,000$. Demonstrou-se que na condição de interdependência os elementos do grupo foram avaliados como tendo sido menos independentes na formulação da respectiva opinião ($M = 1,77$, $SD = 0,96$), em comparação com as avaliações feitas pelos participantes na condição de independência ($M = 4,92$, $SD = 0,10$).

Mais uma vez, tendo em conta a terceira questão colocada, o t teste revelou, também, um efeito significativo da independência, $t(75) = 13,30$, $p = 0,000$. Verificou-se, efectivamente, que os participantes na condição em que os membros do grupo eram caracterizados como interdependentes entre si avaliaram os mesmos como tendo trabalhado de forma menos individualizada para formar a respectiva opinião ($M = 1,82$, $SD = 1,12$), comparativamente com os participantes da condição de grupo com elementos independentes ($M = 4,92$, $SD = 0,91$).

Através da combinação destes três itens foi constituído um índice ($\alpha = 0,94$). Como seria expectável, também considerando este indicador o t teste para amostras independentes revelou um efeito significativo da independência, $t(75) = 18,13$, $p = 0,000$. Deste modo, verificou-se que na condição em que os elementos do grupo eram apresentados como interdependentes, os participantes perceberam-nos, efectivamente, como menos independentes no modo como formularam as respectivas ideias e opiniões ($M = 1,85$, $SD = 0,80$), comparativamente com a avaliação feita por aqueles que se encontravam na condição de independência ($M = 5,04$, $SD = 0,74$).

Estes resultados comprovam o sucesso da manipulação da variável independência induzida na presente pesquisa.

3.2.3. Impacto da variabilidade grupal e da independência percebida na validade percebida do documento a ser produzido pelo grupo.

Com o objectivo de testar os efeitos da variabilidade grupal e da independência percebida na validade percebida, foi realizada uma Análise de Variância 2 (variabilidade grupal: grupo heterogéneo *versus* grupo homogéneo) x 2 (independência percebida: membros independentes *versus* membros interdependentes). A variável dependente, considerada na análise, consistiu no índice de validade percebida, acima descrito, resultante dos quatro itens da escala de diferencial semântico. Os resultados confirmaram a presença de efeitos principais de cada uma das variáveis independentes em estudo.

Deste modo, corroborando a hipótese relativa à variabilidade grupal, verificou-se um efeito principal desta variável, $F(1,70) = 8,93$, $p < 0,004$, $\eta^2 = 0,11$. Assim, evidenciou-se que os participantes na condição em que o grupo é descrito como sendo heterogéneo atribuíram maior validade às opiniões do grupo ($M = 4,43$, $DP = 0,74$), quando comparados com os sujeitos da condição grupo homogéneo ($M = 3,88$, $DP = 0,89$).

Seguindo um padrão semelhante, os resultados suportaram também a hipótese referente à independência percebida, comprovando que este factor gera um efeito significativo na validade atribuída pelos participantes às propostas e medidas produzidas pelo grupo, $F(1,70) = 9,05$, $p < 0,004$, $\eta^2 = 0,11$, $F(1,70) = 9,05$, $p = 0,004$. Deste modo, mostrou-se que os participantes na condição de grupo independente conferiram maior validade às opiniões do grupo ($M = 4,43$, $DP = 0,71$), comparativamente com a avaliação de validade na condição de grupo interdependente ($M = 3,89$, $DP = 0,90$).

A interacção entre as duas variáveis independentes revelou um efeito não significativo, $F(1,70) = 0,00$, $p = 0,955$. Este resultado foi ao encontro do que prevíamos, uma vez que não procurávamos testar uma moderação.

3.2.4. Independência percebida como mediador do efeito da variabilidade grupal na validade percebida.

De acordo com a hipótese que esteve na base do desenvolvimento da presente pesquisa, supomos que o efeito da variabilidade do grupo na validade atribuída ao conhecimento por este produzido é mediado pela independência percebida entre os membros que o constituem. Para testar esta mediação, procedemos à realização de regressões seguindo o procedimento proposto por Baron e Kenny (1986). De uma forma geral, estas análises de regressão não confirmaram a hipótese do efeito de mediação da independência proposto anteriormente.

Perante estes resultados, optámos por explorar melhor os nossos dados, analisando com maior pormenor a interacção entre a heterogeneidade e a independência que reportámos anteriormente. Ainda que esta interacção não se tenha mostrado significativa, decidimos analisar as respectivas médias de atribuição de validade. Estas médias são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2

Médias e desvios-padrão de validade percebida por condição do design

Variabilidade	Independência	
	Membros Independentes	Membros Interdependentes
Grupo Heterogéneo	4,71 (0,55)	4,15 (0,81)
Grupo Homogéneo	4,16 (0,78)	3,62 (0,91)

A análise dos padrões de médias apresentados no quadro anterior levou-nos, então, a calcular os efeitos simples subjacentes a esta interação de modo a compreendermos melhor os resultados do presente estudo. Assim, tomando a condição de independência, verificámos que a validade atribuída ao documento produzido por um grupo heterogéneo difere significativamente da que é atribuída ao mesmo documento desenvolvido, desta vez, por um grupo homogéneo, $F(1,70) = 4.40$, $p = 0,040$ ($M = 4,71$ vs. $M = 4,16$).

Analisando, a condição de interdependência, a comparação da validade atribuída ao documento produzido por um grupo heterogéneo com a validade atribuída no caso do grupo ser descrito como homogéneo mostrou, igualmente, um efeito simples significativo, $F(1,70) = 4,54$, $p < 0,03$ ($M = 4,15$ vs. $M = 3,62$).

Estes resultados levam-nos, também, e no seguimento do efeito de interação testado ser não significativo, a afastar pelo menos no que toca ao presente estudo, a existência de um efeito moderador da independência sobre os efeitos da variabilidade na validação do conhecimento quotidiano. Contudo, levámos as nossas análises um pouco mais longe, testando, também, o efeito aditivo das duas variáveis independentes sobre a validação atribuída pelos participantes ao documento produzido pelo grupo. Neste sentido, verificámos que os participantes avaliaram como mais válido o documento produzido por um grupo heterogéneo cujos membros são percebidos como independentes comparativamente às restantes condições do nosso design, $F(1,70) = 12,51$, $p < 0,001$. Pelo contrário, a atribuição de validade ao documento produzido por um grupo homogéneo e percebido como interdependente mostrou-se significativamente abaixo das restantes condições experimentais, $F(1,70) = 12,86$, $p < 0,001$.

3.3. Discussão dos Resultados

Na presente pesquisa, procurámos testar o papel da independência percebida como processo-chave subjacente à eficácia psicológica da variabilidade grupal na validação dos julgamentos, opiniões e propostas formulados pelos grupos. Este objectivo procurou dar resposta a uma questão deixada em aberto pela literatura existente até ao momento, no âmbito dos processos de validação social do conhecimento. Assim, como foi supramencionado, nenhum dos estudos anteriormente realizados neste campo manipulou a independência percebida, estudando esta variável como mediador do efeito da variabilidade grupal na validação do conhecimento.

Na realidade, um estudo recente realizado por Vala e colaboradores (no prelo) teve como um dos objectivos centrais clarificar o mecanismo psicológico inerente à maior validade atribuída à informação veiculada por grupos estruturalmente heterogéneos. Um dos aspectos considerados foi, precisamente, a participação individual. Os resultados obtidos corroboraram o papel desta variável, como mediador na relação estabelecida entre a variabilidade e a validade atribuída à informação constituída no seio do grupo. Contudo, esta evidência é apenas de natureza correlacional.

Tivemos, então, no presente trabalho, como ponto de partida as pesquisas de Vala e colaboradores (no prelo), bem como os estudos que citamos anteriormente. Considerámos, também, que a ideia de participação individual incluiria a noção de independência entre os elementos de um grupo. Assim, o propósito principal desta pesquisa foi, o de testar o papel mediador da independência percebida entre os membros de um grupo (manipulando experimentalmente esta característica), no efeito da variabilidade na validade atribuída ao conhecimento produzido pelo mesmo grupo. Neste sentido, apresentámos a seguinte hipótese central: a independência percebida num grupo medeia os efeitos da variabilidade grupal sobre a validade atribuída aos posicionamentos gerados no seu interior. Contudo, as análises de regressão que realizamos não confirmaram a hipótese do efeito de mediação por parte da independência que tínhamos previamente proposto.

Perante estes resultados, optámos por explorar melhor os nossos dados, especificamente analisando a possibilidade de a independência constituir uma variável moderadora do efeito da variabilidade na validação social do conhecimento quotidiano. Ainda que esta interacção não se tenha mostrado significativa numa análise de variância realizada, calculámos os efeitos simples subjacentes a esta interacção e pudemos, nomeadamente, verificar que na condição que concilia as características heterogeneidade e independência é atribuído um nível

mais elevado de validade, quando comparado com o grau de validação na condição de homogeneidade e independência. Contudo, o mesmo acontece na condição de interdependência, ou seja, os participantes atribuem maior validade a um grupo apresentado como heterogêneo e interdependente do que a um grupo apresentado como homogêneo e interdependente. Assim, não pudemos, igualmente, sustentar a hipótese de a independência percebida funcionar, neste contexto, como uma variável moderadora, pelo menos no que toca ao presente cenário experimental.

Como referimos no início deste trabalho, as pesquisas anteriores realizadas no âmbito da validação social do conhecimento quotidiano (Lopes et al., 2007; Vala et al., no prelo; Vala et al., 1998), para além de reafirmarem o papel do consenso como pista primordial na validação do conhecimento quotidiano (Festinger, 1950, 1954), permitiram, também, clarificar a importância da heterogeneidade como indício para a atribuição de validade ao conhecimento veiculado por determinado grupo. Considerando, especificamente, os resultados das investigações neste âmbito, colocámos, também, no presente estudo a hipótese da existência de um efeito principal da variabilidade na validação do conhecimento. De acordo com esta hipótese, os participantes nas condições em que era apresentado um grupo caracterizado como heterogêneo (condições: grupo heterogêneo e independente e grupo heterogêneo e interdependente) atribuiriam, em média, maior validade ao conhecimento produzido pelo mesmo, quando comparados com os sujeitos nas condições de homogeneidade (grupo homogêneo e independente e grupo homogêneo e interdependente). Os resultados da análise de variância que referimos anteriormente vieram corroborar esta hipótese. Verificou-se, mais uma vez, que a percepção de heterogeneidade é eficaz ao produzir atribuição de validade e credibilidade relativamente ao conhecimento produzido pelo grupo. Na linha das pesquisas anteriores, o efeito principal obtido mostra que, efectivamente, sendo o consenso constante em todas as condições, e as variações no nível de independência equivalentes para os dois graus de variabilidade apresentados (grupo heterogêneo *versus* homogêneo), os participantes atribuíram maior validade ao conhecimento dos grupos formados por pessoas muito diferentes entre si, no que toca aos tipos de personalidade que as caracterizam.

Para além disso, e tendo em conta as investigações realizadas por Asch (1952, 1987), Wells e Harvey (1977), Wilder (1977, 1978a, 1990) e Harkins e Petty (1981, 1987), pode considerar-se que a independência percebida entre as fontes da mensagem constitui um dos mecanismos nos quais se baseia a atribuição de validade ao conhecimento quotidiano. Neste sentido, formulámos, também, a hipótese de que os nossos resultados evidenciarão a presença de um efeito principal da variável independência na variável dependente, ou seja, na

validade percebida. Deste modo, a atribuição de validade feita pelos sujeitos nas condições em que os membros do grupo eram caracterizados como tendo trabalhado de forma independente entre si (grupo heterogéneo e independente e grupo homogéneo e independente), seria, em média, superior, quando comparada com a validade atribuída pelos participantes nas condições em que os membros do grupo apresentado eram descritos como tendo trabalhado de modo interdependente (grupo heterogéneo e interdependente e grupo homogéneo e interdependente). Mais uma vez, os resultados que obtivemos permitiram suportar empiricamente o efeito principal da independência percebida, evidenciando a importância desta informação como mecanismo de validação do conhecimento quotidiano. Este efeito demonstra, então, que sendo o consenso constante em todas as condições e as variações no grau de variabilidade equivalentes para os dois níveis de independência apresentados (membros independentes *versus* interdependentes), os participantes atribuíram maior validade ao produto dos grupos formados por pessoas independentes entre si, no que toca à pesquisa e trabalho previamente realizados.

No seu conjunto, os presentes resultados mostram, então, evidência para que a heterogeneidade e a independência possam ser concebidas como dois mecanismos de atribuição de validade ao conhecimento quotidiano que, inclusive, poderão funcionar de uma forma aditiva.

Tendo em vista testar a acção conjunta destes dois factores, propusemos que os participantes na condição em que o grupo era caracterizado como heterogéneo e cujos membros eram apresentados como independentes entre si atribuiriam, em média, maior validade ao conhecimento produzido, quando comparados com as restantes três condições. Os resultados que obtivemos corroboraram esta hipótese. Neste sentido, os efeitos testados comprovaram que, de facto, os participantes que atribuíram maior validade à produção do grupo são os que se encontravam na condição em que o grupo apresentado foi caracterizado como heterogéneo e formado por pessoas que pensaram e trabalharam de forma independente, pelo menos quando comparado com a média das restantes três condições experimentais. Por outro lado, as análises que realizámos permitiram constatar, para além disso, a evidente menor validade atribuída, em média, aos conhecimentos, propostas e medidas produzidos pelo grupo descrito como homogéneo e cujos membros eram interdependentes entre si ($M = 3,62$), quando comparada com o nível de validação nas restantes três condições do design, $F(1,70) = 12,86$; $p = 0,001$.

Paralelamente, e de forma já um pouco especulativa, pudemos constatar, também, que a validade atribuída pelos participantes na condição em que era apresentado um grupo

heterogéneo e cujos membros eram independentes entre si foi superior à validade atribuída na condição em que é apresentado um grupo heterogéneo, mas cujos elementos eram interdependentes, $F(1,70) = 4,74$, $p = 0,033$. Contudo, o valor de validade atribuído neste último caso não diferiu significativamente do correspondente à avaliação feita na condição em que o grupo descrito era homogéneo, mas formado por elementos independentes entre si, $F(1,70) < 1$.

Perante estes últimos resultados, podemos supor que quando se deparam com um grupo heterogéneo, os participantes tendem a perceberem que todos os seus membros participaram de forma independente para o produto final do mesmo. Quando esta percepção é confirmada na realidade (ou seja, na descrição dos grupos que fornecemos aos participantes), verifica-se uma forma de validação deste princípio conhecido pelos indivíduos. Por outras palavras, podemos inferir que esta associação entre as características heterogeneidade e independência opera como se de um truísmo se tratasse, ou seja, constitui uma crença ou juízo fortemente radicado e tomado como indiscutível, mas o qual não tem origem cognitiva. Os truísmos culturais dizem respeito não só a convicções relativas a um determinado objecto, mas também à forma de lidar com o mesmo (McGuire, 1964). Consequentemente, um grupo que reúne as referidas características apresenta uma configuração percebida como mais concordante e consistente, revelando-se mais credível aos olhos de quem avalia a validade das respectivas opiniões, percepções e conhecimentos. Já os grupos que são definidos como heterogéneos, mas cujos elementos são interdependentes levantam dúvidas devido à inconsistência e falta de concordância na descrição da respectiva configuração. Em futuras investigações, consideramos que seria importante aprofundar empiricamente qual o mecanismo psicológico que se encontra, efectivamente, na base desta desvalorização da validade no caso de grupos que são descritos segundo uma configuração aparentemente menos concordante ou consistente.

3.4. Conclusões

Como referimos anteriormente, o objectivo central do presente trabalho era o de testar o papel mediador da independência nos efeitos da variabilidade grupal na validade atribuída ao conhecimento quotidiano. Porém, não encontramos suporte empírico para esta hipótese. Efectivamente, caso de uma mediação se tratasse, o facto de incluir a variável independência percebida na análise, iria diminuir significativamente ou suprimir o efeito directo da variabilidade na validação do conhecimento. Contudo, isto não ocorre, o que deixa dúvidas

sobre o papel efectivo da independência na relação entre a heterogeneidade e a validação do conhecimento.

Podemos apresentar possíveis causas para o sucedido a nível do método, especificamente relativamente à operacionalização da própria variável independência percebida. De facto, e embora estivéssemos a testar a mediação enunciada por Vala e colaboradores (no prelo), a manipulação desta não foi exactamente igual à utilizada pelos mesmos autores. O referido estudo, ao tratar-se de uma investigação de índole correlacional, permitiu considerar diferenças graduais no nível de participação individual percebida pelos participantes, aspecto que não foi coincidente na presente manipulação, visto as condições criadas experimentalmente apenas considerarem dois pólos opostos da variável independência percebida: independência *versus* interdependência. Para além disso, tomamos como ponto de partida que na ideia de participação individual (Vala et al., no prelo) estava patente a noção de independência (Harkins & Petty, 1987). Tendo em conta os resultados das regressões realizadas, podemos então questionar-nos relativamente à real equivalência entre os dois factores. Propomos assim que, em investigação futuras, se procure manipular a participação de forma mais aproximada à medida utilizada por Vala e colaboradores (no prelo). Sugerimos, ainda, que em estudos posteriores sejam incluídas como variáveis independentes tanto a variabilidade grupal, como a participação (tal como é operacionalizada por Vala e colaboradores, no prelo) e a independência (tal como a manipulámos na presente investigação). Assim, poder-se-ia comprovar (ou não) a correspondência operacional entre participação e independência e, caso seja concluído que se tratam de factores conceptualmente distintos, procurar também averiguar a possível relação entre si.

Consideramos que as questões deixadas em aberto advêm do papel que é, efectivamente, desempenhado pela independência. Os padrões de médias apresentados demonstram uma tendência que vai no sentido de uma possível moderação. Contudo, esta não é comprovada, visto o efeito de interacção, testado através da realização da análise de variância, bem como os testes de efeitos simples realizados, terem revelado resultados não significativos. De qualquer forma, acreditamos que futuramente, aumentando o número de elementos na amostra e a representatividade dos mesmos, seja possível clarificar se a independência afecta (ou não) a relação estabelecida entre a heterogeneidade e a validação (e de que forma) ou se, por outro lado, constitui uma variável à parte que actua lado-a-lado com a heterogeneidade.

Como possível limitação deste estudo (que poderá ter influência nos resultados obtidos) consideramos pertinente referir a especificidade da população considerada e o número de participantes. Como já referimos, a amostra englobou 77 estudantes do ensino superior, não

sendo, portanto, representativa da população em geral. Assim, seria, também, relevante, em investigações futuras, considerar uma amostra mais abrangente, adaptando o objectivo a apresentar aos participantes, de forma a que seja abordada uma temática mais global.

Propomos, também, que em estudos posteriores os participantes que avaliam a validade dos produtos do grupo não sejam, simplesmente, exteriores ao mesmo ou participantes a quem é induzida a expectativa de pertença futura, mas que sejam, de facto, incluídos como membros do grupo em análise. O estudo de Vala e colaboradores (no prelo) identifica a heterogeneidade e a pertença ao grupo como mecanismos de validação do conhecimento independentes entre si. Poder-se-ia, então, aprofundar esta noção entrando em linha de conta com a manipulação experimental do consenso, variabilidade, independência, confiança e pertença ao grupo.

Para além disso, o facto dos sujeitos pertencerem ao grupo e a importância para os próprios da temática considerada, poderiam fomentar o envolvimento e relevância pessoal do estudo para os participantes. Neste sentido, e tendo como referencial teórico a Teoria da Probabilidade de Elaboração (Cacciopo & Petty, 1984), incentivar a motivação para analisar aprofundadamente uma temática, partindo do pressuposto de que as pessoas dispõem de recursos cognitivos que lhes permitam fazê-lo, possibilitaria avaliar se a heterogeneidade e a independência mantêm a respectiva relevância persuasiva (na linha dos resultados obtidos para a independência por Harkins e Petty, 1981, 1987). Por outro lado, e caso este efeito não se verifique, poderia concluir-se que, ao disponibilizar uma mensagem de conteúdo relevante, estes factores mostravam tratar-se de pistas periféricas não conduzindo a uma elaboração da mensagem, segundo a via central de processamento da informação.

Seria, igualmente, interessante analisar o papel do consenso, variabilidade e independência na validação do conhecimento, tendo em consideração diferentes níveis de *Need of Cognitive Closure* (necessidade de fechamento cognitivo; Kruglanski, 1990). O fechamento cognitivo corresponde ao evitamento da ambiguidade ou incerteza, ou seja, a um julgamento consistente sobre determinada realidade ou objecto. Pensamos que as pontuações obtidas nesta escala poderão influenciar no sentido de dar ênfase ou desvalorizar a informação disponível relativamente a cada um dos mecanismos de validação do conhecimento, especificamente.

Existe, por outro lado, um vasto leque de evidências que suportam empiricamente a tendência dos indivíduos para procurar informações que corroborem as suas opiniões e evitar as que entrem em conflito com as mesmas. Os indivíduos procuram informações a favor das suas decisões prévias (Frey, 1986), atitudes (Lundgren & Prislin, 1998) e estereótipos

(Johnston, 1996). Esta procura de informação enviesada vai no sentido de fortalecer a adesão de quem a realiza à sua posição prévia, mesmo que a mesma não seja justificável com base em toda a informação disponível (Pinkley, Griffith, & Northcraft, 1995). Mojzisch, Schulz-Hardt, Kerschreiter e Frey (2008) concluíram que o *feedback* sobre a opinião dos outros (homogeneidade *versus* heterogeneidade de opiniões no grupo), a antecipação de discussão em grupo e a confiança que os elementos em minoria têm na própria posição vão ter influência na procura (ou não) de informação enviesada. Assim, propomos que sejam também testados, em pesquisas relativas aos mecanismos que influenciam a procura de informação concordante com as posições e atitudes prévias, factores como a heterogeneidade do grupo de discussão (em termos de características sociais e de personalidade) e a independência entre os mesmos. Seria então exequível averiguar um possível efeito por parte destes factores.

Consideramos, de igual modo, que seria interessante analisar futuramente o papel da heterogeneidade a um nível mais holístico. Poder-se-iam integrar as concepções subjacentes às investigações na área da validação social do conhecimento quotidiano em pesquisas de índole mais organizacional. A tendência das práticas organizacionais recentes para a criação de grupos de trabalho autónomos, equipas de projecto e gestão de *task forces*, demonstra a função cada vez mais central dos grupos nas organizações e investe de relevância o papel da tomada de decisão em grupo nas empresas actuais. São vários os estudos que comprovam o efeito da variabilidade dos grupos nas organizações, na qualidade com que estes, efectivamente, tomam decisões (e.g. Laughlin, 1980; Triandis, Kurowski & Gelfand, 1994). Neste sentido, consideramos útil testar também, em contexto organizacional, o papel da regra da independência. Para além desta variável, haveria paralelamente a ter em conta factores como a cultura organizacional (designadamente, se é mais individualista ou colectivista), a qualidade da comunicação estabelecida entre os membros, o estilo de liderança exercido (nomeadamente: autoritário, autocrático ou *laissez faire*), o tipo de conflito gerado (especificamente: relacional ou de tarefa) ou as pressões temporais e de agenda. Para além disso, como variáveis a ser analisadas de forma paralela à validade do conhecimento produzido, estariam, por exemplo, aspectos como a eficácia, a criatividade e a satisfação no trabalho.

Já existem, de facto, estudos que abordam a relação existente entre diversidade (ou heterogeneidade) eficácia das equipas, criatividade e tomada de decisão (e.g. Jackson & Ruderman, 1995; van Knippenberg & Schippers, 2007). No entanto, a relação entre a diversidade e outras variáveis é um tema pouco explorado e de elevada importância para o estudo na área da psicologia organizacional. Da mesma forma, a pesquisa relativa ao

enquadramento e construção de questões a nível grupal é limitada, e só nos últimos anos os investigadores começaram a avaliar, nos grupos, o efeito do modo como são agregados os processos cognitivos individuais (Reiter-Palmon, Herman & Yammarino, 2007). Assim, consideramos que aprofundar estas áreas de investigação, tendo em conta os mecanismos envolvidos na validação do conhecimento quotidiano seria uma mais valia, permitindo alargar os conhecimentos existentes até então e testar novas relações entre diferentes variáveis.

Por último, consideramos que as conclusões da presente investigação evidenciam importantes implicações que se estendem a vários domínios. A aplicação dos princípios da heterogeneidade e independência, designadamente ao nível da constituição de grupos de trabalho, permite maximizar a validade do conhecimento produzido, o que se traduzirá numa maior qualidade da tomada de decisão em grupo. Para além disso, os resultados desta pesquisa podem ser aplicados na área da persuasão, através da utilização dos mesmos princípios como veículos catalisadores das potencialidades da mensagem persuasiva. Consideramos, nomeadamente, que a inclusão como fonte de grupos cujos elementos sejam facilmente percebidos como diferentes entre si, e que aparentemente tenham formulado as próprias ideias de modo individual, pode ter consequências positivas ao nível dos efeitos de campanhas de sensibilização, tais como: relativas à prevenção do consumo de drogas, álcool e tabaco, a favor da vacinação ou contra preconceitos contra grupos minoritários, entre outras.

Os resultados podem, ainda, ter reflexos positivos na constituição de grupos terapêuticos (p.e. para pessoas que sofrem de perturbações alimentares, vítimas de violência doméstica, tóxico-dependentes). Neste sentido, o facto de associar elementos com características sociais (p.e. estrato social, habilitações literárias) e de personalidade distintas e que são, à partida, independentes entre si poderá incentivar o potencial terapêutico dos mesmos grupos (não estando contudo ainda claro teórica e empiricamente qual (ou quais) o(s) mecanismo(s) inerente(s) à influência destes factores na atribuição de validade, caso o avaliador seja um membro do endogrupo).

A nível geral, o desenvolvimento desta investigação torna-se bastante pertinente, tendo em conta que os seres humanos são seres sociais, que se organizam em grupos e constroem as suas vidas em teias de relações estabelecidas com outros. Assim, e se cada pessoa é um mundo, o mundo de cada um de nós resulta, então, do encontro com vários outros mundos heterogéneos e independentes que se cruzam na construção das opiniões, das crenças, das percepções e do conhecimento.

4. Referências

- Allport, F. H. (1924). *Social psychology*. New York: Houghton Mifflin.
- Asch, S. E. (1952). *Social Psychology*. New Jersey: Prentice Hall.
- Asch, S. E. (1987). *Social Psychology* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Augustinova, M., Drozda-Senkwska, E., & Lasticova, B. (2004). La confiance dans le décision collectives: Une question des garanties. *Année Psychologique*, *104*, 649-681.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*, 1173-1182.
- Bonardi, C., & Rousseau, N. (1999). *Les représentations sociales*. Paris: Dunod.
- Buunk, B., & Ybema, J. (2003). Felling bad but satisfied: The effects of upward and downward comparison upon mood and marital satisfaction. *British Journal of Social Psychology*, *42*, 613-628.
- Cacioppo, J. T., & Petty, R. E. (1984). The elaboration likelihood model of persuasion. *Advances in Consumer Research*, *11*, 673-675.
- Eagly, A., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Erb, H. P., & Bohner, G. (2001). Mere consensus effects in minority and majority influence. In C. K. W. De Dreu, & N. K. De Vries (Eds.), *Group consensus and minority influence* (pp. 40-59). Oxford: Blackwell.
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, *57*, 271-282.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, *7*, 117-140.
- Frey, D. (1986). Recent research on selective exposure to information. *Advances in Experimental Social Psychology*, *19*, 41-80.
- Geertz, G. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Gerard, H., & Orive, R. (1987). The dynamics of opinion formation. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol 20, pp.171-202). New York: Academic Press.
- Gigone, D. & Hatie, R. (1993). The Common Knowledge Effect: Information Sharing and Group Judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, *65*, 959-974.
- Goethals, G. R. (1972). Consensus and modality in the attribution process: The role of similarity and information. *Journal of Personality and Social Psychology*, *21*, 84-92.
- Goethals, G. R. (1976). An attributional analysis of some social influence phenomena. In J. H. Harvey, W. J. Ickes, & R. F. Kidd (Eds.), *New directions in attribution research* (vol. 1, pp. 291-310). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Goethals, G. R., Allison, S. J., & Frost, M. (1979). Perceptions of the magnitude and diversity of social support. *Journal of Experimental Social Psychology*, *15*, 570-581.
- Goethals, G. R., & Darley, J. M. (1977). Social comparison theory: An attributional approach. In J. M. Suls & R. L. Miller (Eds.), *Social comparison processes: Theoretical and empirical perspectives* (pp. 259-278). Washington, DC: Hemisphere.
- Goethals, G. R., & Klein, W. M. (2000). Interpreting and inventing social reality: Attributional and constructive elements in social comparison. In J. Suls & L. Wheeler (Eds.), *The handbook of social comparison: Theory and research* (pp. 23-44). New York: Plenum.
- Goethals, G. R. & Nelson, R. E. (1973). Similarity in the influence process: The belief-value distinction. *Journal of Personality and Social Psychology*, *25*, 117-122.

- Gorenflo, D. W., & Crano, W. D. (1989). Judgmental subjectivity / objectivity and locus of choice in social comparison. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 605-614.
- Gruder, C.L. (1971). Determinants of social comparison choices. *Journal of Experimental Social Psychology*, 7, 473-489.
- Hardin, C. D., & Higgins, E. T. (1996). Shared reality: How social verification makes the subjective objective. In E. T. Higgins & R. M. Sorrentino (Eds.), *Handbook of motivation and cognition: The interpersonal context* (Vol. 3). New York: Guilford.
- Harkins, S. G. & Petty R. E. (1981). The Effects of Source Magnification on Cognitive Effort and Attitudes: An Information Processing View. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 401-413.
- Harkins, S. G. & Petty, R. E. (1987). Information Utility and Multiple Source Effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (2), 260-268.
- Harvey, J. (1974). The Abilene Paradox: The Management of Agreement. *Organizational Dynamics*, 3, 63-80.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Jackson S. E., & Ruderman, M. N. (1995). *Diversity in Work Teams: Researching Paradigms for a Changing Workplace*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Janis, E. (1972). *Victims of Group Thinking*. Boston: Houghton Mifflin.
- Johnston, L. (1996). Resisting change: Information-seeking and stereotype change. *European Journal of Social Psychology*, 26, 799-825.
- Jones, E. E., & Gerard, H. B. (1967). *Foundations of social psychology*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Kelley, H. H. (1967). Attribution in social psychology. In D. Levine (Ed.), *Nebraska symposium on motivation* (vol. 15, pp. 192-238). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist*, 28, 107-128.
- Kelly, C.(1989). Political Identity and perceived intragroup homogeneity. *British Journal of Social Psychology*, 28, 239-250.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Krueger, J. (1998). On the perception of social consensus. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 30, pp. 163 – 240). New York: Academic Press.
- Kruglanski, A.W. (1990). Motivations for judging and knowing: Implications for causal attributions. In E. T. Higgins & R. M. Sorrentino (Eds.), *Handbook of motivation and cognition* (Vol. 2, pp. 333-368). New York: Guilford.
- Kruglanski, A.W., & Mayselless, O. (1987). Motivational effects in social comparison of opinions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 834-853.
- Laghtlin, P.R. (1980). Social combination processes of cooperative problem-solving groups on verbal intellectual tasks. In M. Fishbein (Ed.), *Progress in social psychology* (Vol.1, pp.210-231). Hillsdale, NJ: Laurence Erlbaum.
- Levine, J. M., & Higgins, E. T. (2001). Shared reality and social influence in groups and organizations. In F. Butera, & G. Mugny (Eds.), *Social influence in social reality: Promoting individual and social change* (pp. 33-52). Bern, Switzerland: Hogrefe & Huber.
- Lopes, D. (2007). *Social validation of everyday knowledge and perceived heterogeneity: Probing for moderators and extensions of the heterogeneity rule*. Unpublished doctoral dissertation, ISCTE, Lisbon.

- Lopes, D., Vala, J., & Garcia-Marques, L. (2007). Social validation of everyday knowledge: Heterogeneity and consensus functionality. *Group Dynamics: Theory Research and Practice*, 11 (3), 223-239.
- Lundgren, S. R., & Prislin, R. (1998). Motivated cognitive processing and attitude change. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 715-726.
- Manstead, A. S. R. (1982). Perceived social support for opinions: A test of the magnitude and diversity hypotheses. *British Journal of Social Psychology*, 21, 35-41.
- Markman, K., & McMullen, M. (2003). A reflection and evaluation model of comparative thinking. *Personality and Social Psychology Review*, 7, 244-267.
- McGuire, W. (1964). Inducing resistance to persuasion: Some contemporary approaches. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 1, pp.191-229). New York: Academic Press.
- Mettee, D. R., & Smith, G. (1977). Social comparison and interpersonal attraction: The case for dissimilarity. In J. M. Suls & R. S. Miller (Eds.), *Social comparison processes: Theoretical and empirical perspectives* (pp. 69-101). Washington, DC: Hemisphere.
- Miller, N., Gross, A. and Holtz, R. (1991). Social projection and attitudinal certainty. In J. Suls & T. Wills (Eds.), *Social comparison: Contemporary theory and research*, (pp. 177 - 210). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Mojzisch, A., Schulz-Hardt, S., Kerschreiter, R. & Frey, D. (2008). Combined Effects of Knowledge About Others' Opinions and Anticipation of Group Discussion on Confirmatory Information Search. *Small Group Research*, 39, 203-223.
- Monteil, J. & Huguet, P. (1999). *Social Context and Cognitive Performance*. Philadelphia: Psychology Press.
- Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. London: Academic Press.
- Perrenoud, P. (1993). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Pinkley, R. L., Griffith, T. L., & Northcraft, G. B. (1995). “Fixed pie” a la mode: Information availability, information processing, and the negotiation of suboptimal agreements. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 62, 101-112.
- Reckman, R. F., & Goethals, G. R. (1973). Deviancy and group-orientation as determinants of group composition preferences. *Sociometry*, 1, 1-5.
- Reckman, R. F., & Goethals, G. R. (1973). Deviancy and group orientation as determinants of group composition preferences. *Sociometry*, 36, 419-423.
- Reiter-Palmon, R., Herman, A.E., & Yammarino, F. (2008). Beyond Cognitive Processes: Antecedents and Influences on team cognition. In M. D. Mumford, S. T. Hunter, and K. E. Bedell-Avers (Eds.), *Multi-level Issues in Creativity and Innovation* (vol. 7, pp. 305-313). Oxford, UK: JAI Press.
- Ross, L., Greene, D., & House, P. (1977). The false consensus phenomenon: An attributional bias in self-perception and social perception. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 279-301.
- Schachter, S. (1959). *The psychology of affiliation*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Singer, J. E. (1966). Social Comparison – Progress and issues. *Journal of Experimental Social Psychology*, 2 (Suppl.1), 103-110.
- Spears, R., Gordijn, E., Dijksterhuis, A., & Stapel, D. (2004). Reaction in action: Intergroup contrast in automatic behaviour. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30, 605-616.
- Stapel, D., & Suls, J. (2004). Method Matters: Effects of explicit versus implicit social comparisons on activation, behaviour and self-views. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87, 860-875.

- Tesser, A., & Campbell, J. (1982). Self-evaluation maintenance and the perceptions of friends and strangers. *Journal of Personality*, 50, 261-296.
- Triandis, H. C., Kurowski, L. L., & Gelfand M. J. (1994). Workplace diversity. In H.C. Triandis, M.D. Dunnette & L. M. Hough (Eds.), *Handbook of industrial and organizational psychology* (Vol. 4, pp. 769-827).
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 123-124, 887-919.
- Vala, J., Drozda-Senkowska, E., Oberlé, D., Lopes, D., & Silva, P. (no prelo). Group heterogeneity and social validation of everyday knowledge: The mediating role of perceived group participation. *Group Processes and Intergroup Relations*.
- Vala, J., Garcia-Marques, L., Gouveia-Pereira, M., & Lopes, D. (1998). Validation of polemical social representations: Introducing the intergroup differentiation of heterogeneity. *Social Science Information*, 37, 469-492.
- van Knippenberg, D., & Schippers, M. C. (2007). Work group diversity. *Annual Review of Psychology*, 58, 515-541.
- Wells, G. L., & Harvey, J. H. (1977). Do people use consensus information in making causal attributions? *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 279-293.
- Wilder, D. A. (1977). Perception of groups, size of opposition, and social influence. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 253-268.
- Wilder, D. A. (1978a). Homogeneity of jurors: The majority's influence depends upon the perceived independence. *Law and Human Behavior*, 2, 363-376.
- Wilder, D. A., (1978b) Perceived persons as a group: Effects on attributions of causality and beliefs. *Social Psychology*, 41, 13-23.
- Wilder, D. A. (1980). Some Determinants of the Persuasive Power of In-Groups and Out-Groups: Organization of Information and Attribution of Independence. *Journal of Personality and Social Psychology* 59 (6), 1202-1213.
- Wills, T. A. (1981). Downward comparison principles in social psychology. *Psychological Bulletin*, 90, 245-271.

5. Anexos

Anexo A: Introdução e Apresentação do Estudo

No âmbito de um projecto que está a ser desenvolvido pelo Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) do ISCTE, têm sido promovidos grupos de discussão relativos a problemáticas inerentes à actualidade do Ensino Superior em Portugal.

Uma das temáticas estudadas refere-se às consequências da implementação do Tratado de Bolonha nas Universidades portuguesas, designadamente as suas implicações para os estudantes universitários. Este tema foi identificado pelos alunos universitários como um dos assuntos mais pertinentes da actualidade.

De modo a analisar e conhecer melhor o funcionamento e a constituição destes grupos, estamos também a realizar um estudo de opinião. É para este estudo que pedimos agora a sua colaboração.

Neste sentido, gostaríamos que analisasse, com o máximo de atenção, a informação que se segue, relativa a um destes grupos de discussão.

Depois de lhe apresentarmos a informação sobre este grupo, vamos colocar-lhe algumas questões sobre o mesmo.

Por favor respeite a ordem de apresentação das questões, sem voltar atrás.

Não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados nas suas opiniões.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Nas linhas que se seguem, encontrará a descrição de um dos grupos que participou na discussão das problemáticas inerentes à implementação do Tratado de Bolonha.

Este grupo tem o número 12 e vamos chamá-lo simplesmente G12.

Foram propostos, aos membros deste grupo, os seguintes objectivos:

- 1) identificar os principais problemas que a implementação do Tratado de Bolonha trouxe aos estudantes portugueses;**
- 2) preparar um documento informativo final, a distribuir aos colegas, com propostas de medidas a tomar.**

Este grupo é actualmente composto por 8 pessoas, tendo já sido realizadas algumas sessões de discussão. Nestas reuniões recolhemos informações sobre o mesmo grupo, que descreveremos na página seguinte e lhe pedimos que leia com muita atenção.

Posteriormente ser-lhe-ão solicitadas algumas opiniões a este respeito.

As actas dessas reuniões, as respectivas durações e os pontos abordados estão à sua disposição mediante pedido ao Coordenador do presente estudo (email: diniz.lopes@iscte.pt).

Vire a página s.f.f. →

Anexo B: Descrição do grupo, condição - Heterogeneidade Independência

As propostas e medidas discutidas até ao momento foram aprovadas pelos elementos do grupo com elevado consenso, ou seja, 90% dos membros do G12 estão de acordo com as propostas e medidas apresentadas.

Por outro lado, e através da aplicação de um teste psicológico aos membros deste grupo, verificou-se que as 8 pessoas que o compõem são muito diferentes entre si, no que toca aos tipos de personalidade que as caracterizam. Ou seja, é um grupo muito heterogéneo, no que respeita aos tipos de personalidade dos seus membros.

Verificámos, também, que antes de se reunirem no grupo de discussão G12, cada membro pesquisou e trabalhou individualmente, quer dizer, de forma independente. Assim, cada um formou e registou previamente as suas próprias propostas e medidas que foram discutidas, de seguida, em grupo.

Por favor destaque esta folha e mantenha-a à sua frente para a poder consultar enquanto responde às questões que se seguem

Quando tiver terminado a leitura desta informação,
aguarde pela distribuição de um pequeno questionário.

Anexo C: Descrição do grupo, condição - Homogeneidade Interdependência

As propostas e medidas discutidas até ao momento foram aprovadas pelos elementos do grupo com elevado consenso, ou seja, 90% dos membros do G12 estão de acordo com as propostas e medidas apresentadas.

Por outro lado, e através da aplicação de um teste psicológico aos membros deste grupo, verificou-se que as 8 pessoas que o compõem são muito semelhantes entre si no que toca aos tipos de personalidade que as caracterizam. Ou seja, é um grupo muito homogéneo no que respeita aos tipos de personalidade dos seus membros.

Verificámos, também, que todos os membros do grupo de discussão G12 pesquisaram e trabalharam em conjunto, quer dizer, de forma interdependente. Assim, os membros do grupo formaram, discutiram e registaram em conjunto as propostas e medidas apresentadas pelo grupo.

Por favor destaque esta folha e mantenha-a à sua frente para a poder consultar enquanto responde às questões que se seguem

Quando tiver terminado a leitura desta informação, aguarde pela distribuição de um pequeno questionário.

Anexo D: Escala de Validade Percebida

Tendo por base a informação sobre o G12 que acabámos de lhe apresentar, gostaríamos, agora, que respondesse às questões que se seguem. Assinale, por favor, com um círculo o número que melhor corresponde à sua opinião.

Caso necessite, não hesite em consultar a folha que destacou, para o ajudar a responder às questões.

1. Para resumir, diria que o documento a produzir por este grupo será:

- a) Inválido

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

 Válido
- b) Incorrecto

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

 Correcto
- c) Desadequado

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

 Adequado
- d) Injustificável

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

 Justificável

Anexo E: Escalas de Controlo da Manipulação: Variabilidade Grupal e Independência Percebida

Gostaríamos, agora, de lhe colocar algumas questões adicionais.

II) Para si:

Em que medida é que as 8 pessoas que compõem este grupo são semelhantes entre si:

1) No que respeita às suas características de personalidade?

Nada semelhantes 1 2 3 4 5 6 Muito semelhantes

2) E de uma forma geral? Pensa que as pessoas deste grupo são muito semelhantes entre si ou nada semelhantes?

Nada semelhantes 1 2 3 4 5 6 Muito semelhantes

III) Assinale o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

1) Os membros do grupo G12 pesquisaram e registaram as suas propostas e medidas de forma independente.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 Concordo Totalmente

2) Os membros do grupo G12 formaram uma opinião independente sobre o tema em discussão.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 Concordo Totalmente

3) Os membros do grupo G12 trabalharam cada um por si para formar uma opinião sobre o tema em discussão.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 Concordo Totalmente